

# Diário do Acionista

ANO X • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Terça-feira, 9 de junho de 2026 • Nº 2314 • R\$ 1,00  
www.diariodoacionista.com.br

## Especial

Copa do Mundo e expediente: o que empresas podem exigir

PÁGINA 5

## JULGAMENTO

### Pai de Henry recorre da absolvição de Monique

O pai do menino Henry Borel, Leniel Borel, entrou ontem com recurso pedindo a anulação do julgamento que concedeu perdão judicial a Monique Medeiros, mãe da criança. No último dia 4 de junho, a juíza Elizabeth Louro, que presidiu o julgamento, concedeu o perdão judicial a Monique Medeiros. O júri havia decidido desclassificar a acusação de homicídio intencional para homicídio culposo (quando não há a intenção de matar) e condená-la pelo crime de tortura por omissão. Ao aplicar o perdão judicial, a juíza justificou que Monique já sofreu um castigo severo, o suficiente. A magistrada criticou a "reação desproporcional da sociedade, classificando-a como discriminatória". **PÁGINA 5**

## COMÉRCIO

# Varejo deve 'vender' R\$ 2,84 bi pelo o Dia dos Namorados

O varejo brasileiro deve movimentar R\$ 2,84 bilhões em vendas para o Dia dos Namorados deste ano, celebrado em 12 de junho, calculou a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Se confirmado, o resultado será 2,5% maior que o do ano passado, já descontada a inflação do período. Segundo a entidade, o mercado de trabalho aquecido, com redução na taxa de desemprego e avanço

na renda, é "o motor que sustenta as vendas". "É esse dinheiro novo na mão da população que está causando a alta do consumo em um cenário de aperto monetário. Essa força dos salários é fundamental para compensar o cenário severo do crédito", explicou a CNC, em nota. O segmento de vestuário, calçados e acessórios mantém a liderança no faturamento, concentrando R\$ 1,116 bilhão do total estimado. **PÁGINA 2**

## SINTOMAS SEVEROS

FÁBIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL



# Saúde suspende vacina contra a dengue fabricada pelo Butantan

O Ministério da Saúde anunciou, ontem, a suspensão temporária da imunização contra a dengue no país com a vacina desenvolvida pelo Instituto Butantan. A pasta informou que 42 pessoas apresentaram sintomas mais severos após a vacinação, sendo que três precisaram de internação e dois desses morreram. O ministro da Saúde, Alexandre Padilha (foto), afirmou que não é possível concluir que os eventos adversos foram causados pela vacina, mas representam um sinal de alerta e serão investigados por um comitê de especialistas. "Essa descontinuidade tem um objetivo que é a ação de precaução, para que o Ministério da Saúde, a Anvisa e o Butantan aprofundem a investigação" disse Padilha. **PÁGINA 6**

## JUNHO

### Balança tem superávit de US\$ 3,247 bi na 1ª semana

A balança comercial brasileira registrou superávit comercial de US\$ 3,247 bilhões na primeira semana de junho. De acordo com dados da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) divulgados ontem, o valor foi alcançado com exportações de US\$ 7,991 bilhões e importações de US\$ 4,745 bilhões. Até a primeira semana de junho, comparado ao mesmo mês de 2025, as exportações cresceram 37,6%. O desempenho dos setores foi o seguinte: alta de 36,6% em Agropecuária, que somou US\$ 1,884 bilhão; alta de 38,5% em Indústria Extrativa, indo a US\$ 1,736 bilhões; e, por fim, expansão de 37,6% em Indústria de Transformação, que alcançou US\$ 4,330 bi. **PÁGINA 2**

## PRESSÃO DO PL

### Kassio suspende pesquisa da AtlasIntel com queda de Flávio

MARCELO CAMARGO/ABRASIL



O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Kassio Nunes Marques (foto), atendeu a um pedido do PL e suspendeu a divulgação de pesquisa da AtlasIntel que mostrava a queda da intenção de voto no senador Flávio Bolsonaro (PL) em seis pontos percentuais em um eventual segundo turno com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) nas eleições presidenciais de outubro. A pesquisa foi divulgada em 19 de maio, após a revelação de áudio de Flávio pedindo dinheiro ao banqueiro Daniel Vorcaro para financiar o filme Dark Horse. **PÁGINA 7**

## CORPUS CHRISTI

### Rodovias registram 98 mortes no feriadão

Ao longo dos cinco dias de feriado prolongado, 98 pessoas morreram nas rodovias federais e 1.057 ficaram feridas, em meio aos 1.060 sinistros de trânsito registrados durante a Operação Corpus Christi, da Polícia Rodoviária Federal (PRF). Segundo a PRF, 210.472 pessoas e veículos foram fiscalizados de forma intensa, com o uso de radares portáteis em pontos considerados críticos. Foram identificados 24.212 veículos em velocidade acima da permitida nas vias. A PRF autuou 4.277 motoristas por ultrapassagens proibidas e 3.283 por não uso do cinto de segurança ou do dispositivo para retenção de crianças menores de 10 anos (cadeirinha). **PÁGINA 6**

## INDICADORES

IBOVESPA -0,21% / 168.668,72 / -350,40 / Volume: 20.997.211.073 / Negócios: 3.535.418					Bolsas no mundo		Salário mínimo	R\$ 1.621,00	IGP-M	0,84% (mai.)	EURO turismo	Compra: 6,0503	Venda: 6,2303		
Mais Negociados			Majores Altas		Majores Baixas		Ufir-RJ	R\$ 4,9604	IPCA-15	0,62% (mai.)	DÓLAR Ptax - BC	Compra: 5,1695	+0,88%		
Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Taxa Selic	(29/04)	14,40%	DÓLAR comercial	Compra: 5,1792	Venda: 5,1798	
CSAN3	3,43	-4,46	-0,16	CBEE3F	22,00	+43,79	+6,70	HBSA3F	2,910	-14,41	-0,490	S&P 500	7.405,73	+0,30	
B3SA3	15,22	-1,23	-0,19	CBEE3	21,90	+43,04	+6,59	SEQI3F	0,070	-12,50	-0,010	US Tech 100	28.604,4	+1,43	
RAIL3	13,52	-3,01	-0,42	RVEE3F	1,070	+16,30	+0,150	AZUL99	6,100	-12,23	-0,850	Euronext 100	1.864,94	+0,39	
PETRA4	41,22	+0,81	+0,33	TPIS3	10,68	+15,46	+1,43	ENMT4F	38,00	-10,59	-4,50	CAC 40	8.199,29	-0,23	
CMIG4	10,76	-1,10	-0,12	FSRF11F	0,08	+14,29	+0,01	PLAS3	2,62	-10,58	-0,31	FTSE 100	10.373,2	+0,05	
							Dow Jones		50.786,01	-0,16					
							S&P 500		7.405,73	+0,30					
							US Tech 100		28.604,4	+1,43					
							Euronext 100		1.864,94	+0,39					
							CAC 40		8.199,29	-0,23					
							FTSE 100		10.373,2	+0,05					
							Salário mínimo		R\$ 1.621,00						
							Ufir-RJ		R\$ 4,9604						
							Taxa Selic		(29/04)	14,50%					
							TR		(09/06)	0,1689%					
							Poupança		(09/06)	0,6697%					
							IGP-M		0,84% (mai.)						
							IPCA-15		0,62% (mai.)						
							EURO Comercial		Compra: 5,9717	Venda: 5,9323					
							DÓLAR turismo		Compra: 6,0503	Venda: 6,2303					
							DÓLAR Ptax - BC		Compra: 5,1695	+0,88%					
							DÓLAR comercial		Compra: 5,1792	Venda: 5,1798					
							DÓLAR turismo		Compra: 5,2110	Venda: 5,3910					

**MERCADOS**

## Bolsa renova mínima desde janeiro após ajuste em expectativas

GUSTAVO NICOLETTA/AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) voltou a fechar no menor nível desde o fim de janeiro, em meio ao ajuste das expectativas para os juros no Brasil e à busca do investidor estrangeiro por outros emergentes com maior potencial de alta. A incerteza sobre os próximos capítulos da guerra no Oriente Médio também aumenta a aversão ao risco e pressiona a renda variável, ainda que favoreça a alta do petróleo e de ações do setor na B3.

O principal Índice Bovespa (Ibovespa) caiu 0,21%, aos 168.668,72 pontos - menor nível de fechamento desde 20 de janeiro, quando terminou o pregão a 166.276,90 pontos. O volume de negócios atingiu R\$ 20,697 bilhões.

A maior contribuição positiva para o índice veio de Weg (WEGE3 +3,63%, +0,1 ponto porcentual), seguida pela ação preferencial da Petrobras (PETR4 +0,81%; +0,06 pp). Na outra ponta, ficaram Vale (VA-

LE3 -0,8%, -0,09 pp) e Itaú Unibanco (ITUB4 -0,80%, -0,07 pp).

**DÓLAR**

O dólar à vista seguiu em alta firme ante o real no período da tarde desta segunda-feira, e fechou no maior nível desde 30 de março de 2026, com investidores retomando posições defensivas diante da leitura de que o cessar-fogo no Oriente Médio, violado no final de semana, é frágil.

Após ceder a até R\$ 5,1335 (-0,46%) perto da abertura, em movimento de realização de lucros depois da alta de 2,72% acumulada na primeira semana de junho, a moeda americana voltou a ganhar força e atingiu R\$ 5,1951 (+0,73%) na máxima ainda pela manhã.

Por fim, fechou em alta de 0,45%, a R\$ 5,1803, no segmento à vista. Por volta das 17h, o contrato futuro para julho avançava 0,19% (R\$ 5,21), destoando da leve baixa de 0,06% do índice DXY, que mede a divisa norte-americana ante pares fortes.

**MERCADO DE CAPITALIS**

## Anbima: fundos têm captação líquida de R\$ 10,3 bi em maio

BRUNA CAMARGO/AE

A indústria de fundos registrou captação líquida de R\$ 10,3 bilhões em maio, conforme dados divulgados ontem, pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima). No acumulado do ano, há entrada líquida de R\$ 188,2 bilhões. O patrimônio líquido (PL) da indústria é de aproximadamente R\$ 11 trilhões.

O resultado positivo de maio foi puxado pela renda fixa, que respondeu por entradas líquidas de R\$ 10,4 bilhões. Dentro da classe, o principal impulso veio dos fundos de duração baixa soberano, que investem integralmente em títulos públicos, com captação líquida de R\$ 22,9 bilhões.

Na outra ponta, os fundos do tipo duração livre crédito livre, que podem manter mais de 20% da sua carteira em títulos de médio e alto risco de crédito no Brasil ou exterior, lideraram as saídas, com resgates líquidos de R\$ 6 bilhões - uma desaceleração relevante em relação aos R\$ 12,7 bilhões observados no mês anterior.

"A indústria de fundos continua demonstrando resiliência, mesmo em um ambiente de maior aversão a risco nos mercados local e internacional", disse Pedro Rudge, diretor da Anbima, em nota. "Os fundos de renda fixa seguem como destaque nesse cenário, apesar da volatilidade recente nos fundos de crédito privado, que agora passam por uma acomodação dos fluxos."

Os fundos de índice (ETFs, na sigla em inglês) também contribuíram para o desempenho positivo da indústria. Os ETFs tiveram a segunda maior captação líquida entre as clas-

ses de fundos em maio, com R\$ 3,5 bilhões. No acumulado do ano, a captação da classe já soma R\$ 25,8 bilhões, montante superior ao registrado no mesmo período do ano passado, no total de R\$ 3,8 bilhões.

Outros destaques do mês foram os fundos de investimento em direitos creditórios (FIDCs), de investimento em participações (FIPs) e de investimento nas cadeias agroindustriais (Fiagros), que registraram captação líquida positiva de, respectivamente, R\$ 2,5 bilhões, R\$ 2,2 bilhões e R\$ 97,8 milhões. No acumulado do ano, os FIPs lideraram entre essas classes, com entradas líquidas de R\$ 24,4 bilhões, acima dos R\$ 21,5 bilhões registrados pelos FIDCs e dos R\$ 4,4 bilhões alcançados pelos Fiagros.

Já na ponta negativa estão os fundos de ações, de previdência e multimercados. Os multimercados lideraram as saídas líquidas em maio, com resgates de R\$ 6,4 bilhões - o quarto mês consecutivo de captação negativa para essa classe. Ainda assim, no acumulado do ano, o saldo permaneceu positivo em R\$ 1,4 bilhão.

Os fundos de ações, por sua vez, registraram saídas líquidas de R\$ 149 milhões no mês, levando os resgates acumulados no ano a R\$ 5,6 bilhões. Já os fundos de previdência tiveram retiradas de R\$ 2 bilhões em maio, acumulando captação líquida negativa de R\$ 4,7 bilhões em 2026.

**RENTABILIDADE**

Na renda fixa, todos os tipos de fundos tiveram resultado positivo em maio. O destaque ficou com os fundos de dívida externa, que investem no mínimo 80% do patrimônio em títulos da dívida externa da União, com rentabilidade de 1,7%.

**VENDAS**

## Varejo deve receber R\$ 2,84 bi pelo Dia dos Namorados

DANIELA AMORIM/AE

O varejo brasileiro deve movimentar R\$ 2,84 bilhões em vendas para o Dia dos Namorados deste ano, celebrado em 12 de junho, calculou a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Se confirmado, o resultado será 2,5% maior que o do ano passado, já descontada a inflação do período.

Segundo a entidade, o mercado de trabalho aquecido, com redução na taxa de desemprego e avanço na renda, é "o motor

que sustenta as vendas".

"É esse dinheiro novo na mão da população que está causando a alta do consumo em um cenário de aperto monetário. Essa força dos salários é fundamental para compensar o cenário severo do crédito", explicou a CNC, em nota.

O segmento de vestuário, calçados e acessórios mantém a liderança no faturamento, concentrando R\$ 1,116 bilhão do total estimado, porém, deve registrar retração de 1,4% nas vendas em relação a 2025. São esperados aumentos ante o ano passa-

do no volume vendido pelas lojas de farmácias, perfumarias e cosméticos (alta de 8,2%, com movimentação de R\$ 875 milhões) e pelas lojas de artigos de uso pessoal e doméstico, impulsionadas por eletroeletrônicos (aumento de 4,3%, somando R\$ 346 milhões).

O avanço nas vendas é esperado a despeito do aumento de preços verificados nos principais presentes. A cesta típica de bens e serviços mais consumidos na data teve uma alta média de 5,8% em relação a 2025.

As elevações de preços mais

expressivas em um ano foram registradas nos itens chocolates (+22,7%) e joias e bijuterias (+20%).

"Dessa vez, a explicação para esses saltos vai além da sazonalidade e reflete crises estruturais no mercado internacional de commodities", justificou a CNC.

No caso do chocolate, a CNC menciona um choque na oferta de insumos que afetaram as safras de cacau na África Ocidental e no sul da Bahia. No caso das joias, o encarecimento é explicado pela valorização histórica do ouro.

**COMÉRCIO EXTERNO**

## Balança tem superávit de US\$ 3,247 bi na primeira semana de junho

FLÁVIA SAID/AE

A balança comercial brasileira registrou superávit comercial de US\$ 3,247 bilhões na primeira semana de junho. De acordo com dados da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) divulgados ontem, o valor foi alcançado com exportações de US\$ 7,991 bilhões

e importações de US\$ 4,745 bilhões.

Até a primeira semana de junho, comparado ao mesmo mês de 2025, as exportações cresceram 37,6%.

O desempenho dos setores foi o seguinte: alta de 36,6% em Agropecuária, que somou US\$ 1,884 bilhão; alta de 38,5% em Indústria Extrativa, indo a US\$ 1,736 bilhões; e, por fim, expansão de 37,6% em Indústria de

Transformação, que alcançou US\$ 4,330 bilhões.

Em relação às importações, houve avanço de 2,3% na mesma comparação. Houve alta de 8,0% em Agropecuária, que atingiu US\$ 96,5 milhões; crescimento de 41,6% em Indústria Extrativa, que chegou a US\$ 266,6 milhões; e, por fim, alta de 0,8% em Indústria de Transformação, para US\$ 4,363 bilhões.

**ACUMULADO DO ANO**

De janeiro até a primeira semana de junho, a balança acumula superávit de US\$ 35,909 bilhões, um crescimento de 38,2% em relação ao mesmo período de 2025. Naquela ocasião, houve saldo positivo de US\$ 30,187 bilhões. A projeção do MDIC é de que o superávit da balança comercial seja de US\$ 72,1 bilhões neste ano.

**BC/Focus**

## Mercado financeiro eleva previsão da inflação para 5,11% este ano

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

A previsão do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), referência oficial da inflação no país, passou de 5,09% para 5,11% este ano. A estimativa está no Boletim Focus desta segunda-feira (8), pesquisa divulgada semanalmente pelo Banco Central (BC) com a expectativa de instituições financeiras para os principais indicadores econômicos.

Com a guerra no Oriente Médio pressionando o preço dos combustíveis e a inflação, a previsão para o IPCA deste ano foi elevada pela décima terceira semana seguida, estourando o intervalo da meta que deve ser perseguida pelo BC.

Estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior, 4,5%.

Em abril, o preço dos alimentos pressionou a inflação oficial, que fechou em 0,67%. O IPCA acumulado em 12 meses ficou em 4,39%, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ainda dentro do teto da meta de inflação.

A inflação de maio será divulgada na próxima sexta-feira (12) pelo IBGE.

Para 2027, a projeção de in-

**Números****2027**

A projeção da inflação variou de 4,02% para 4,03%. Para 2028 e 2029, as estimativas são de 3,65% e 3,5%, respectivamente.

**PIB**

Para 2028 e 2029, o mercado financeiro estima expansão do PIB em 2% para os dois anos.

flação variou de 4,02% para 4,03%. Para 2028 e 2029, as estimativas são de 3,65% e 3,5%, respectivamente.

**TAXA SELIC**

Para alcançar a meta de inflação, o Banco Central usa como principal instrumento a taxa básica de juros, a Selic, definida atualmente em 14,5% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do BC. Na última reunião, em abril, por unanimidade, o colegiado reduziu a Selic em 0,25 ponto percentual, pela segunda vez seguida, apesar das tensões em torno da guerra no Oriente Médio.

De junho de 2025 a março deste ano, a Selic ficou em 15% ao ano, o maior nível em quase 20 anos. O Copom voltou a cortar os juros na reunião passada, num cenário de queda da inflação. No entanto, a guerra no Oriente Médio, que se refletiu no aumento dos preços de combustíveis e de alimentos, dificulta o trabalho do Copom.

Em ata, o colegiado não deu pistas sobre a evolução dos juros. No documento, o BC informou que está monitorando o conflito e os efeitos de um possível prolongamento sobre a inflação.

O próximo encontro do Copom para definir a Selic será nos dias 16 e 17 de junho.

Nesta edição do Focus, a estimativa dos analistas de mercado para a taxa básica até o fim de 2026 subiu de 13,25% ao ano para 13,5% ao ano. Para 2027 e 2028, a previsão é que a Selic seja reduzida para 11,5% ao ano e 10% ao ano, respectivamente. Em 2029, a taxa deve ficar em 10% ao ano.

Quando o Copom aumenta a Selic, a finalidade é conter a demanda aquecida, o que causa reflexos nos preços, porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança. Assim, taxas mais altas também podem dificultar a expansão da economia.

Os bancos ainda consideram outros fatores na hora de definir os juros cobrados dos

consumidores, como risco de inadimplência, lucro e despesas administrativas. Quando a Taxa Selic é reduzida, a tendência é que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, diminuindo o controle sobre a inflação e estimulando a atividade econômica.

**PIB E CÂMBIO**

Nesta edição do boletim do Banco Central, a estimativa das instituições financeiras para o crescimento da economia brasileira este ano saiu de 1,9% para 1,91%. Para 2027, a projeção para o Produto Interno Bruto (PIB, a soma dos bens e serviços produzidos no país) permanece em 1,7%. Para 2028 e 2029, o mercado financeiro estima expansão do PIB em 2% para os dois anos.

No primeiro trimestre de 2026, a economia do país cresceu 1,1% na comparação com o último trimestre de 2025. No acumulado de 12 meses, houve expansão de 2%, de acordo com o IBGE.

Em 2025, a economia brasileira cresceu 2,3%, com expansão em todos os setores e destaque para a agropecuária. O resultado representa o quinto ano seguido de crescimento.

No Focus desta semana, a previsão da cotação do dólar está em R\$ 5,15 para o final deste ano. No fim de 2027, estima-se que a moeda norte-americana fique em R\$ 5,20.

**Diário do Acionista**

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908  
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002  
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar  
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000  
Tel.: (11) 2655-1899**Administração - Redação**

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: redacao@diariodoacionista.com.br

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

**ANJ** ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS

ACESSE NOSSO SITE

## CARNE

# Veto da UE é por controle, não por 'status sanitário' do Brasil

LEANDRO SILVEIRA/AE

A Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA) afirmou, em nota, que a decisão da União Europeia (UE) de manter o Brasil fora da lista de países habilitados para determinadas exportações de produtos de origem animal a partir de setembro não está relacionada a problemas sanitários ou ao uso inadequado de antimicrobianos na produção brasileira.

Em nota divulgada após a formalização da medida pelo bloco europeu, a entidade destacou que "a medida não decorre de qualquer questionamento sanitário, não conformidade ou pro-

blema identificado em relação ao uso de antimicrobianos na produção animal brasileira".

Segundo a ABPA, o debate está concentrado nos procedimentos de comprovação e reconhecimento, pela UE, dos mecanismos oficiais de fiscalização e controle adotados pelo Brasil.

A associação também defendeu que exigências sanitárias e regulatórias aplicadas ao comércio internacional sejam baseadas em evidências técnicas. Para a entidade, os requisitos devem estar fundamentados em "critérios científicos, avaliações de risco reconhecidas internacionalmente, transparência regulatória e observância aos

princípios estabelecidos" por organismos internacionais como a Organização Mundial de Saúde Animal (OMSA), o Codex Alimentarius e os acordos multilaterais de comércio.

A ABPA ressaltou, ainda, que o Brasil tem "um dos mais robustos sistemas de controle sanitário e de produção animal do mundo", com atuação integrada entre o setor produtivo e o Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), garantindo padrões elevados de qualidade, rastreabilidade, biossegurança e segurança dos alimentos.

Segundo a entidade, o setor tem trabalhado com o governo brasileiro desde o início das dis-

cussões sobre o tema, apoiando os esforços técnicos conduzidos pelo Mapa para prestar esclarecimentos às autoridades europeias e demonstrar a efetividade dos sistemas nacionais de fiscalização e controle.

A associação informou que continuará acompanhando as negociações e colaborando com as autoridades brasileiras.

A ABPA declarou estar "confiante de que o diálogo técnico e a apresentação das informações necessárias contribuirão para o adequado reconhecimento dos mecanismos brasileiros de fiscalização", em linha com os padrões internacionais de produção e segurança alimentar.

## KRISTALINA GEORGIEVA

# Próximo choque global está a caminho e países devem se preparar, alerta FMI

LAÍS ADRIANA/AE

A diretora-gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Kristalina Georgieva, afirmou estar preocupada com a possibilidade de novos choques na economia global e se líderes estão fazendo o suficiente para evitá-los ou resistir a eles.

"Me preocupo que pessoas não entendam que temos que pensar sobre o impensável. Me

preocupo que não estamos nos preparando o suficiente para o próximo choque que está por vir. Não sei o que será, mas sei que teremos um", disse, em entrevista ontem para podcast da Bloomberg.

Georgieva ponderou que o mundo deve lidar com choques cada vez mais frequentes e que os líderes precisam preparar seus países para se tornarem mais resilientes.

Ao comentar sobre sua trajetória no FMI, a diretora-gerente destacou como a instituição tem auxiliado na recuperação de várias economias ao longo de sua história. "Grécia, Islândia e outros países seguiram nossas recomendações, fizeram reformas e se tornaram algumas das economias com melhor desempenho do mundo", apontou.

Sobre inteligência artificial (IA), Georgieva observou que

estão em discussão três modelos centrais de regulação para a tecnologia, feitos pelos EUA, União Europeia (UE) e China.

Segundo ela, caberá à Organização das Nações Unidas (ONU) decidir qual conjunto de regras será capaz de direcionar a presença da IA na sociedade, como lucros corporativos podem ser distribuídos, riscos para a estabilidade financeira, entre outros.

## REFLEXOS

# MP junto a TCU pede apuração de riscos de medidas tarifárias dos EUA

JOÃO CAIRES/AE

O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União (MPTCU) pediu que a Corte de Contas apure os reflexos de medidas econômicas e tarifárias adotadas pelo governo dos Estados Unidos contra o Brasil, incluindo a recente intensificação de ofensivas contra o Pix.

No processo aberto no Tribunal, o subprocurador, Lucas Furtado, pede que o ministro relator, Antonio Anastasia, verifique quais das medidas implementadas pelo governo norte-americano do republicano Donald Trump possuem potencial de causar prejuízos ao erário e à soberania econômica nacional.

A análise técnica está a cargo da unidade AudBancos, responsável por examinar os atos da gestão norte-americana com foco nos impactos diretos sobre pilares estratégicos da economia brasileira.

Entre os pontos sob avaliação estão o eventual comprometimento das contas públicas fede-

rais, possíveis danos ao fluxo de comércio exterior e riscos à integridade e ao funcionamento da infraestrutura financeira pública, com destaque para o sistema de pagamentos instantâneos - Pix.

Segundo a representação, o objetivo é identificar se as medidas externas podem afetar a estabilidade do sistema financeiro nacional e gerar efeitos adversos de natureza fiscal, cambial ou operacional, exigindo eventual atuação preventiva ou corretiva por parte dos órgãos responsáveis.

## Nota

## ANEEL: EPP APRESENTOU RECURSO APÓS INABILITAÇÃO DE USINAS

A Comissão de Leilões da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) informou ontem, que foi apresentado recurso contra a inabilitação dos consórcios liberados Evolution Power Partners (EPP), no âmbito do leilão de reserva de capacidade. Um despacho do fim de maio foi desfavorável às seguintes centrais termelétricas: Altos I, Teresina EPP, Amaração EPP, Portinho BEP, Sergipe V, Aracati, Porto Norte Fluminense II C, Porto Norte Fluminense I B e, por fim, Santa Clara.

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA

MINISTÉRIO DA SAÚDE

GOVERNO DO BRASIL DO LADO DO POVO BRASILEIRO

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.052/2026**

A Pregoeira Debora Schmutzler Abrahao convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº. 90.052/2026 no dia 19/06/2026 às 11hs. - Objeto: Aquisição de Medicamentos - Classe Uso Geral IX (OCTREOTIDA 0,1 MG/ML, OCTREOTIDA 0,5 MG/ML, ÓLEO MINERAL PURO, ENTRE OUTROS.) Processo nº. 33409.000038/2026-96. O Pregão será realizado no site <https://www.gov.br/compras/pt-br>, onde o Edital está à disposição dos interessados.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE ARRAIAL DO CABO**

**SECRETARIA DE COMPRAS E LICITAÇÃO**

**PROCESSO Nº: 407/2026**

**CHAMAMENTO PÚBLICO 002/2026**

**AVISO DE CREDENCIAMENTO**

<b>Chamamento Público Nº 002/2026</b>	<b>Data de Abertura: 09/06/2026</b> <b>Horário: 9:00h</b> <b>Plataforma eletrônica:</b> <a href="https://www.licitanet.com.br/comprador">https://www.licitanet.com.br/comprador</a>
<b>Unidades Credenciadas:</b>	<b>Secretaria Municipal de Turismo e outras.</b>

**Objeto**  
Contratação de artistas e profissionais locais e regionais de arte, cultura em todas as suas manifestações e linguagens para composição da grade de apresentações e eventos e ações promovidas pela Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo e realizados das Secretaria de Turismo, Secretaria do Ambiente & Saneamento, Secretaria de Desenvolvimento Social, trabalho, Renda & Direitos Humanos, Secretaria de Cultura e Economia Criativa, Secretaria de Educação, Ciência, Tecnologia e Esporte e lazer.

**Fundamento Legal**  
Lei Federal nº 14.133/21, Decreto Municipal nº 4.483/25 e demais legislações pertinentes

**Observações Gerais:**

1)O Edital e outros anexos estão disponíveis para download no Portal <http://licitanet.com.br> e também no Portal da Transparência, no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo/RJ: <http://www.arraial.rj.gov.br>.  
2)Os interessados ficam desde já notificados da necessidade de acessarem os sites [www.arraial.rj.gov.br](http://www.arraial.rj.gov.br) e <http://licitanet.com.br>, para ciência das eventuais alterações e esclarecimentos.

**VAST INFRAESTRUTURA S.A.**

**CNPJ Nº 21.778.678/0001-70 NIRE 33.3.0031499-7**

Certidão por Extrato da Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 30/04/2026. 1. Hora, Data e Local: Às 10:00hs do dia 30/04/2026. Reunião realizada de forma presencial, na sede social da Vast Infraestrutura S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Rua Lauro Muller, 116, salas 2203, 2204 e 2205, Botafogo, CEP 22.290-160. 2. Convocação e Presença: Dispensadas as formalidades de convocação prévia, nos termos do artigo 124, parágrafo 4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), dada a presença da totalidade dos acionistas da Companhia. Presentes ainda, para os fins do disposto na Lei das S.A., em seu artigo 134, §1º, os Srs. Victor Jorge Snaibatis Bomfim e Nicholas Burridge, Diretor Presidente e Diretor Financeiro da Companhia, respectivamente, e o Sr. Válder Vieira de Aquino Junior, inscrito no CRC 1/SP sob o nº. 263641/O-0, representante dos auditores independentes. 3. Publicações: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2025, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, foram publicadas no Jornal Diário do Acionista Ltda., na edição do dia 20/03/2026, nas páginas 3, 4 e 5, dispensada a publicação dos avisos de que trata o artigo 133, caput, da Lei das S.A., tendo em vista o disposto no parágrafo 5º do mesmo artigo. 4. Mesa: O Sr. Nicholas Burridge, Diretor Financeiro da Companhia, assumiu a presidência da reunião e convidou a Sra. Bianca Duarte para secretária-ia. 5. Ordem do Dia: (a) tomar as contas dos Administradores e examinar, discutir e votar o relatório da administração e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2025, acompanhados do parecer dos auditores independentes; (b) deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31/12/2025; (c) ratificar o montante global da remuneração dos administradores referente ao exercício social encerrado em 31/12/2025; e (d) fixar o montante global da remuneração dos administradores para o exercício social a se encerrar em 31/12/2026. 6. Deliberações: Dando início aos trabalhos, os acionistas examinaram os itens constantes da ordem do dia e, por unanimidade, deliberaram, sem ressalvas, por: 6.1. Aprovar as contas dos Administradores, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2025, acompanhadas do relatório da administração, respectivas notas explicativas e parecer dos auditores independentes. 6.2. Aprovar a proposta para a destinação do resultado face à apuração do lucro líquido no exercício social findo em 31/12/2025, no montante de R\$ 132.035.155,22 (cento e trinta e dois milhões, trinta e cinco mil, cento e cinquenta e cinco reais e vinte e dois centavos), a ser destinado conforme abaixo: (i) o montante de R\$ 6.208.970,40 (seis milhões, duzentos e oito mil, novecentos e setenta reais e quarenta centavos) será destinado à reserva legal, em conformidade com o artigo 24 do Estatuto Social da Companhia; e (ii) o montante de R\$ 125.826.184,82 (cento e vinte e cinco milhões, oitocentos e vinte e seis mil, cento e oitenta e quatro reais e oitenta e dois centavos) será retido em sua totalidade, nos termos do artigo 202, parágrafo 3º, inciso II, da Lei das S.A. e destinado à reserva especial. 6.3. Ratificar que o montante global da remuneração dos Administradores da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31/12/2025 foi de R\$ 17.862.763,75 (dezesete milhões, oitocentos e sessenta e dois mil, setecentos e sessenta e três reais e setenta e cinco centavos), representando um adicional de R\$ 362.763,75 (trezentos e sessenta e dois mil, setecentos e sessenta e três reais e setenta e cinco centavos) em comparação ao montante global aprovado na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 30/04/2025. 6.4. Fixar o montante global da remuneração dos Administradores da Companhia para o exercício social a se encerrar em 31/12/2026 no valor total de até R\$ 19.000.000,00 (dezenove milhões de reais). Por fim, a Companhia informa aos acionistas, em conformidade com o artigo 289, §3º da Lei das S.A., que as publicações ordenadas pela Lei passarão a ser realizadas no Jornal Diário do Acionista Ltda. 7. Encerramento: Nada mais havendo a ser tratado, o Presidente da Mesa deu por encerrada a presente Assembleia Geral Ordinária, da qual a Secretária lavrou a presente Ata, na forma sumária, que, lida e aceita em todos os seus termos, foi assinada por todos os acionistas presentes. Na qualidade de Secretária da Assembleia Geral Ordinária da Vast Infraestrutura S.A., certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada e assinada em livro próprio. RJ, 30/04/2026. Bianca Duarte - Secretária

**MRS LOGÍSTICA S.A.**

**CNPJ nº 01.417.222/0001-77 - NIRE nº 33.300.163.565**

**Companhia Aberta - Registro CVM nº 01794-9**

Reumo da Ata de Reunião do Conselho de Administração da MRS LOGÍSTICA S.A. Foi realizada Reunião do Conselho de Administração MRS Logística S.A. ("Companhia") no dia 13.05.2026 às 11h30min, na sede da Companhia, com a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração, na qual foi deliberada e aprovada, por unanimidade dos votos proferidos (1) Aprovação e Divulgação do Relatório de Informações Trimestrais ("ITR") relativo ao 1º Trimestre do Exercício Social de 2026. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata sob a forma de sumário, que, lida e aprovada, foi assinada pelos membros do Conselho de Administração e pela Secretária. Assinatura: Luis Fernando Barbosa Martinez, Presidente; Joana Bentes Meyer, Secretária; Fernando Lopes Alcântara, João Mario Lourenço Filho, Luis Fernando Barbosa Martinez, Miguel Angel Homes Canejo, Patricia Silva Rodrigues Scheel, Pedro Barros Mercadante Oliva, Raphael Marins Martins, Luiz Gustavo Reche e Rafael Domeles Japur. AVISO: O presente resumo é feito nos termos da Lei nº 6.404/76, art. 289, inciso I e não deve ser considerado isoladamente para a tomada de decisão. A íntegra da ata de Reunião do Conselho de Administração da Companhia está disponível no endereço eletrônico do jornal Diário do Acionista ([diariodoacionista.com.br](http://diariodoacionista.com.br)) e divulgada no site da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>) e da Companhia (<https://ri.mrs.com.br>). Protocolo: 2026/00574885-0. Data do protocolo: 19/05/2026. O arquivamento em 20/05/2026 sob o número 00007783889

**MRS LOGÍSTICA S.A.**

**CNPJ nº 01.417.222/0001-77 - NIRE nº 33.300.163.565**

**Companhia Aberta - Registro CVM nº 01794-9**

Reumo da Ata de Reunião do Conselho de Administração da MRS LOGÍSTICA S.A. Foi realizada Reunião do Conselho de Administração MRS Logística S.A. ("Companhia") no dia 06.05.2026 às 18h30min, no escritório da Companhia, localizado em São Paulo com a presença da maioria dos membros do Conselho de Administração, na qual foi deliberada e aprovada, por unanimidade dos votos proferidos (1) Deliberar sobre as eleições e destituições de membros dos Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração da Companhia. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião, da qual foi lavrada a presente ata sob a forma de sumário, que, lida e aprovada, foi assinada pelos membros do Conselho de Administração e pela Secretária. Assinatura: Pedro Barros Mercadante Oliva, Presidente; Joana Bentes Meyer, Secretária; Fernando Lopes Alcântara, João Mario Lourenço Filho, Miguel Angel Homes Canejo, Patricia Silva Rodrigues Scheel, Pedro Barros Mercadante Oliva, Raphael Marins Martins, Luiz Gustavo Reche e Rafael Domeles Japur. AVISO: O presente resumo é feito nos termos da Lei nº 6.404/76, art. 289, inciso I e não deve ser considerado isoladamente para a tomada de decisão. A íntegra da ata de Reunião do Conselho de Administração da Companhia está disponível no endereço eletrônico do jornal Diário do Acionista ([diariodoacionista.com.br](http://diariodoacionista.com.br)) e divulgada no site da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>) e da Companhia (<https://ri.mrs.com.br>). Protocolo: 2026/00574932-5. Data do protocolo: 19/05/2026. Certifico o arquivamento em 25/05/2026 sob o número 00007793043

**CAPITAL MARÍTIMA S.A.**

**CNPJ/MF Nº 30.864.027/0001-93 - NIRE: 333.0036389-1**

**Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária**

Ficam convocados os acionistas da CAPITAL MARÍTIMA S.A. ("Companhia"), sociedade empresária limitada, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 30.864.027/0001-93 e NIRE 333.0036389-1, com sede na Av. das Américas, 700, sala 118, bloco 06 - Barra da Tijuca, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22.640-100, por meio do presente Edital, nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404 de 1976, a comparecer à Assembleia Geral Extraordinária que será realizada na sede da Companhia no endereço acima indicado, no dia 15 de junho de 2026, às 10:00, em primeira convocação, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **Ordem do Dia:** (i) Formalização da eleição do Sr. LEONARDO COELHO DA SILVA FREITAS CORSINI como novo diretor da Companhia; e (ii) Destituição do demais diretores da Companhia; (iii) Quaisquer demais medidas necessárias à reestruturação da administração da Sociedade. Caso o quórum de instalação não seja atingido em primeira convocação, os acionistas ficam, desde já, convocados a comparecer à reunião em segunda convocação, que se realizará no mesmo dia, no mesmo local, às 11:00 horas, com qualquer número de acionistas presentes. Os acionistas poderão participar da Reunião presencialmente ou por procurador legalmente habilitado. Rio de Janeiro, 5 de junho de 2026. **CAPITAL MARÍTIMA S.A.** - Leonardo Coelho da Silva Freitas Corsini - Administrador.

**MRS LOGÍSTICA S.A.**

**CNPJ nº 01.417.222/0001-77 - NIRE nº 33.300.163.565 - Companhia Aberta - Registro CVM nº 01794-9**

**Assembleia Geral Extraordinária - Edital de Convocação:** Ficam convocados os Senhores acionistas da MRS Logística S.A. ("Companhia"), na forma do art. 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei nº 6.404/76"), a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia Geral"), a ser realizada no dia 29 de junho de 2026, às 11 horas, de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma "Microsoft Teams", nos termos do artigo 28 da Resolução CVM nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM nº 81/2022"), a fim de deliberar acerca das seguintes matérias: **Ordem do dia da Assembleia Geral Extraordinária:** (1) Eleição de 1 (um) membro para o Conselho de Administração da Companhia, em substituição ao ex-Conselheiro Sr. Carlos Hector Rezzonico, para exercer o cargo até o final do mandato do membro substituído; (2) Deliberar sobre a Proposta de alteração da alínea "d" do artigo 12 do Estatuto Social da Companhia; e (3) Aprovar a consolidação do Estatuto Social da Companhia, caso aprovada a proposta do item (2) acima. **Instruções Gerais:** A Companhia informa que se encontram à disposição dos Senhores Acionistas, na sua sede à Praia de Botafogo, nº 228 - sala 707 - Botafogo - Rio de Janeiro - RJ, no seu site de Relações com Investidores (<https://ri.mrs.com.br/>), bem como nos sites da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ([www.b3.com.br/](http://www.b3.com.br/)) e da Comissão de Valores Mobiliários ([www.gov.br/cvm/](http://www.gov.br/cvm/)), o presente Edital de Convocação e a Proposta da Administração, que contém as informações requeridas pela Resolução CVM nº 80/2022 e pela Resolução CVM nº 81/2022 sobre as matérias a serem examinadas e discutidas na Assembleia Geral. Para participarem da Assembleia Geral, os acionistas deverão apresentar os seguintes documentos: a) **Pessoas Físicas:** Documento de identidade. b) **Pessoa Jurídica:** Estatuto social ou contrato social em vigor e documentação societária comprobatória de poderes de representação (eleição de administradores ou procuração, neste caso, observado o disposto no item "c" abaixo); documento de identidade do(s) representante(s) legal(is). c) **Procuradores:** O acionista pessoa física pode ser representado na Assembleia Geral por procurador constituído há menos de 1 (um) ano que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado, nos termos do parágrafo 1º do art. 126 da Lei nº 6.404/76. O acionista pessoa jurídica pode ser representado na Assembleia por seus representantes legais ou mandatários devidamente constituídos, de acordo com os atos constitutivos da sociedade e com as regras do Código Civil. Caso o acionista seja representado por procurador, além dos documentos mencionados nos itens "a" ou "b" acima, conforme aplicável, deverá apresentar instrumento de mandato com poderes especiais e documento de identidade do procurador. d) **Acionistas estrangeiros:** os acionistas estrangeiros deverão apresentar os documentos constantes dos itens "a" ou "b" acima, conforme aplicável, sendo que estes devem ser notariados, consularizados no Consulado brasileiro do país de origem, ou apostilados, conforme aplicável, e traduzidos por tradutor juramentado. Os acionistas poderão exercer o voto à distância nesta Assembleia Geral, por meio do preenchimento e entrega, até o dia 25 de junho de 2026 (inclusive), do boletim de voto à distância ("Boletim"), disponibilizado nesta data, 08 de junho de 2026. O acionista poderá enviar o Boletim, dentro do prazo informado, para: 1) a Companhia; 2) o escriturador das ações de emissão da Companhia, qual seja, o Banco Bradesco S.A.; 3) seus agentes de custódia que prestem esse serviço, no caso dos acionistas titulares de ações depositadas em depositário central; ou 4) o depositário central no qual as ações estão depositadas. As orientações e procedimentos para o preenchimento e entrega do Boletim podem ser verificados no próprio Boletim, disponibilizado pela Companhia, nesta data. Os acionistas que tiverem interesse em participar da Assembleia Geral exclusivamente digital deverão manifestar tal interesse e enviar os documentos e comprovantes de que trata o art. 126 da Lei nº 6.404/76, até o dia 27 de junho de 2026, isto é - 2 (dois) dias antes da realização da Assembleia, nos termos do artigo 6º, §3º, da Resolução CVM nº 81/2022, por meio do endereço eletrônico [age@mrs.com.br](mailto:age@mrs.com.br), devendo indicar o endereço eletrônico (e-mail) para o qual deve ser enviado o link que permitirá o acesso ao sistema para participação na Assembleia. Os acionistas que não manifestarem o interesse na participação na assembleia digital ou não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo aqui exigido não estarão aptos à participação na Assembleia. Em cumprimento ao disposto no artigo 5º, §4º, da Resolução CVM nº 81/2022, a Companhia esclarece que a escolha do formato para a realização da Assembleia Geral considerou diversos fatores relevantes, incluindo os níveis históricos de presença e engajamento dos acionistas, que têm se mostrado satisfatórios e compatíveis com a dinâmica da Companhia. Além disso, buscou-se um equilíbrio entre os custos de realização da Assembleia e os custos que os acionistas eventualmente teriam para participar, garantindo a viabilidade econômica do evento sem comprometer a acessibilidade e a efetiva participação dos interessados. Por fim, a decisão está alinhada com as práticas predominantes no mercado, reforçando o compromisso da Companhia com a adoção de modelos eficientes e aderentes às expectativas dos seus acionistas. As informações detalhadas sobre as regras e os procedimentos a serem seguidos para que os acionistas possam participar e votar à distância na Assembleia, incluindo informações para acesso e utilização do sistema por meio do qual será realizada a Assembleia estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: <https://ri.mrs.com.br/>. Rio de Janeiro, 08 de junho de 2026. Luis Fernando Barbosa Martinez - Presidente do Conselho de Administração.



**IMUNIZAÇÃO**

# Capital paulista amplia locais de vacinação nesta semana

FLÁVIA ALBUQUERQUE/ABRASIL

A Secretaria Municipal da Saúde (SMS) de São Paulo intensificou a vacinação contra a gripe, sarampo e febre amarela, como parte das ações do Dia Nacional da Imunização hoje, ampliando o número de postos de vacinação para 400 em todas as regiões da cidade. A mobilização começou nesta segunda-feira e segue até a próxima sexta-feira.

As doses estarão disponíveis em locais de grande circulação de pessoas:

- no Mercado Municipal (dias 08, 09 e 10, das 9h às 16h);
- no Museu do Ipiranga (dia 9, das 10h às 16h);
- no Museu Catavento (dias 12 e 13/06, das 10h às 16h);
- no Centro Olímpico Thomaz Mazzoni (dia 8 a 12, das 10h às 17h);
- no CEAGESP (dia 10, das 10h às 15h);

- no Parque da Mooca (de 8 a 12, das 10h às 16h);
- no Centro Olímpico Thomaz Mazzoni, Vila Maria (8 a 12, das 10h às 17h);
- na Subprefeitura de Guaianases (dia 11 das 9h às 16h). Também haverá vacinação em shoppings centers, supermercados, terminais de ônibus, estações de trem e metrô. Nesses casos, é preciso consultar o dia e horário, porque os postos não estarão disponíveis em todos os dias e horários.

“Além das Unidades Básicas de Saúde (UBSs), a estratégia de levar as vacinas para locais de grande circulação de pessoas tem o objetivo de facilitar o acesso aos imunizados. A mobilização busca ampliar a cobertura vacinal e reforçar a proteção da população contra doenças preveníveis por vacinação”, explica a SMS.

A vacina contra a gripe está disponível para todas as pessoas a partir dos seis meses de idade.

**SERRARIA**

JOSÉ MARIA TOMAZELA/AE

O Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (Conpresp) autorizou a concessionária Urbia a realizar uma ampla reforma na Serraria do Parque do Ibirapuera para uso comercial, como a instalação de uma academia. A intervenção foi aprovada por 5 votos a 3 em reunião realizada ontem. Membros do Conselho Gestor do parque e associações da sociedade civil, que protestaram durante a sessão, anunciaram que vão entrar com recurso.

Em nota, a Urbia diz que a aprovação do projeto de requalificação da antiga Serraria pelo Conpresp permite dar continuidade ao restauro da Praça Burle Marx, "valorizando um espaço cultural com grande potencial de uso no Parque do Ibirapuera".

O projeto para a Serraria do Parque do Ibirapuera prevê es-

truturas removíveis para reduzir o impacto no bem tombado. A concessionária propõe reformar o edifício atual, que tem o formato de um grande galpão retangular, para instalar uma academia, com espaços para exercícios físicos, como crossfit e musculação. As reformas, incluindo o restauro da Praça Burle Marx, estão orçadas em cerca de R\$ 35 milhões.

O conjunto - praça e serraria - é tombado pelo patrimônio histórico nos níveis municipal, estadual e federal. Atualmente, a Serraria é usada gratuitamente para a prática de ioga, meditação, tai chi chuan e exercícios físicos.

A proposta prevê o fechamento parcial do grande galpão, que tem a cobertura sustentada por colunas altas, formando 14 vãos livres, com "paredes" de vidro e madeira. O plano prevê também a construção de uma laje como piso superior, uma espécie de mezanino, onde funcionará a academia.

Ainda segundo a Urbia, o uso

comercial da Serraria foi aprovado em 2022 pelos três órgãos de preservação do patrimônio - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico (Condephaat) e Conpresp. "A proposta mantém as características arquitetônicas e paisagísticas do espaço, ampliando os serviços de apoio ao visitante e reforçando o compromisso da concessionária com a zeladoria e a qualificação da experiência do público", diz a nota.

**PROTESTO E RECURSO**

Durante a sessão, representantes da sociedade civil estenderam uma faixa com os dizeres "parque público não é shopping" atrás da mesa ocupada pelos conselheiros. Houve também mobilização pelas redes sociais e coleta de assinaturas contra as intervenções.

A conselheira Eliane Pimenta, do conselho gestor do parque, disse que os nove re-

presentantes da sociedade civil que se inscreveram não tiveram oportunidade de se manifestar durante a discussão do projeto. "Foram dados apenas 15 minutos para 9 pessoas, o que é absurdo. Temos 15 dias para entrar com recurso e, se o projeto for mantido, vamos recorrer à Justiça", diz, ao Estadão.

Ela classificou a decisão do Conpresp como um retrocesso, ao lembrar que recentemente o conselho havia negado o pedido de destombamento do prédio da Escola Panamericana.

Na sessão do dia 18 de maio, o conselho decidiu manter o tombamento do prédio da Escola Panamericana, em Higiópolis, na região central da capital. A maioria dos conselheiros rejeitou o recurso da empresa Keeva Participações, proprietária do imóvel, que pedia o destombamento do imóvel. Obra do arquiteto Siegbert Zanettini, o edifício é considerado um marco da arquitetura pós-moderna paulistana.

**SEGURANÇA**

# Governo de São Paulo forma mais de 1 mil novos policiais militares

O Governo de São Paulo realizou, ontem, a formatura de 1.014 novos soldados da Polícia Militar. A cerimônia foi realizada na Arena Pacaembu, na Praça Charles Miller, zona oeste da capital. A nova turma, composta por 137 mulheres e 877 homens, passa a integrar o efetivo da corporação após a conclusão do Curso de Formação de Soldados.

É mais uma etapa importante de fortalecimento das forças de segurança e da recomposição do efetivo policial em todo o estado, com a meta de viabilizar 26,5 mil novos policiais na atual gestão.

“Estamos felizes em entregar hoje à sociedade mais 1.014 jovens policiais formados, reforçando o nosso efetivo e garantindo o policiamento ostensivo e mais segurança à sociedade”, afirmou o governador Tarcísio de Freitas. “São soldados que venceram cada etapa para essa formação, que exigiu física e emocionalmente de cada um deles. A responsabilidade é gigante, já que São Paulo representa um terço do produto interno bruto brasileiro. Mais importante do que isso, é um estado onde vivem 46 milhões de brasileiros, uma população que demanda segurança pública”, completou.

A turma teve como paraninfa a coronel da reserva Vitória Brasília de Souza Lima, uma das primeiras mulheres a alcançar o posto máximo da PM.

“Hoje entregamos à população mais de mil policiais preparados para servir e proteger os cidadãos paulistas. O reforço do efetivo amplia nossa capacidade de atuação em todas as regiões do estado e fortalece o trabalho que vem sendo realizado diariamente no combate à criminalidade e na preservação da ordem pública”, destacou o secretário estadual da Se-



ROBERTO SUNG/GOVERNO DO ESTADO DE SP

gurança Pública, Osvaldo Nico Gonçalves.

Com a nova turma, o estado ultrapassa a marca de 16,2 mil policiais formados desde o início de 2023 - deste total, são 11,1 mil policiais militares, 4,6 mil civis e 532 técnico-científicos. Também há outros 2,2 mil policiais em formação - quase 1,2 mil PMs e 474 delegados -, além de 5,7 mil vagas em concursos em andamento e outras 2,4 mil autorizadas.

No último dia 3, o Governo de São Paulo publicou o edital do concurso para a contratação de mais 2 mil soldados da PM. As inscrições poderão ser feitas entre 15 de junho e 21 de agosto, por meio da Fundação Vunesp. Há ainda de 200 vagas de alunos-oficiais da Polícia Militar. As inscrições seguem abertas até 15 de julho.

**DISTRIBUIÇÃO**

Os novos policiais foram distribuídos para unidades da capital e do interior. Do total, 497 soldados atuarão na cidade de São Paulo e 517 serão destinados a outros municípios. O reforço será empregado nos Comandos de Policiamento de Área, nos Comandos de Policia-

mento de Choque, Rodoviário e Ambiental, além da Escola Superior de Bombeiros.

A capital receberá o maior contingente da nova turma, com 177 policiais destinados aos batalhões responsáveis pelo policiamento. Outros 220 soldados atuarão em unidades especializadas da PM na cidade, sendo 163 no Comando de Policiamento de Choque, 29 no Policiamento Ambiental e 28 no Policiamento Rodoviário. A Escola Superior de Bombeiros contará com o reforço de mais 100 profissionais.

No interior, o novo efetivo será distribuído entre diferentes regiões. O Comando de Policiamento do Interior (CPI-5), em São José do Rio Preto, receberá 58 policiais. Já as regiões de Presidência Prudente e Sorocaba serão reforçadas com 59 e 60 soldados, respectivamente. Na Baixada Santista e Vale do Ribeira, os municípios vinculados aos comandos de Santos e Registro contarão com a chegada de 67 e 24 policiais.

Também receberão reforço os comandos de Ribeirão Preto (45), Campinas (29), Bauru (28), Araçatuba (28), Marília (27), Li-

meira (27), Taubaté (25), Araraquara (20) e Franca (20).

**FORMAÇÃO**

O Curso de Formação de Soldados da PM é uma etapa fundamental na preparação dos profissionais que atuarão na segurança pública. Os alunos recebem instrução teórica e prática voltada ao exercício da atividade policial e estudam disciplinas como direito, direitos humanos, técnicas de policiamento, armamento e tiro, defesa pessoal e atendimento à população.

Além da capacitação técnica, o curso enfatiza valores como ética, responsabilidade, respeito às leis e compromisso com a sociedade. Os futuros soldados também passam por treinamento físico e atividades operacionais que simulam situações reais da rotina policial.

A formação tem como objetivo preparar profissionais aptos a atuar com eficiência, equilíbrio emocional e profissionalismo, sempre respeitando os direitos dos cidadãos. Desta forma, o curso contribui para o fortalecimento da segurança pública, da ordem social e da relação de confiança entre a PM e a população.

**Nota**

**PSDB FAZ PESQUISAS E BUSCA ALIANÇAS PARA MANTER PRÉ-CANDIDATURA DE PAULO SERRA**

O PSDB tem feito pesquisas e intensificado as conversas com outros partidos para viabilizar a pré-candidatura do ex-prefeito de Santo André (SP) Paulo Serra ao governo de São Paulo. A movimentação é acompanhada de perto pelas campanhas de Fernando Haddad (PT) e Tarcísio de Freitas (Republicanos), uma vez que a entrada dos tucanos na disputa pode alterar a distribuição de votos e influenciar a realização de um segundo turno, o que é desejado pelo PT. Em entrevista ao Estadão, Paulinho Serra, como

é conhecido o ex-prefeito de Santo André, afirmou que a viabilidade de sua pré-candidatura depende da formação de uma aliança partidária. Segundo ele, as tratativas avançaram nas últimas semanas, especialmente com o Democracia Cristã (DC) e o Solidariedade, este segundo presidido pelo deputado federal Paulinho da Força (SP). Em paralelo, o tucano mantém conversas com a Missão, partido do Movimento Brasil Livre (MBL), e com o Avante. "A federação PSDB-Cidadania está focada na construção de uma candidatura em São Paulo. Ela ainda não está consolidada porque nosso objetivo é ampliar a aliança. Se isso não acontecer, fica muito difícil viabilizá-la", diz Paulinho Serra.

**CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**  
 CNPJ: 41.811.375/0001-19 - NIRE: 353.0057653-5

**EDITAL DE 2ª (SEGUNDA) CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA ESPECIAL DE TITULARES DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA SÉRIE ÚNICA DA 43ª (QUADRAGÉSIMA TERCEIRA) EMISSÃO DE CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**

Ficam convocados os titulares de certificados de recebíveis imobiliários ("CRI" e "Titulares dos CRI", respectivamente) da 43ª (quadragésima terceira) emissão de certificados de recebíveis imobiliários, em série única, da **CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO** ("Emissora"), nos termos da Cláusula Décima Terceira do "Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da Única Série da 43ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Canal Companhia de Securitização" conforme aditado ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme em vigor ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Especial de Titulares dos CRI ("AET"), em 2ª (segunda) convocação, a realizar-se no dia **17 de junho de 2026, às 15:00 horas**, de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AET será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital **Microsoft Teams**, cujo acesso será liberado de forma on-line após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste Edital. A AET será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (I) Aprovar a inclusão de nova disposição no âmbito da Cláusula 7 do Termo de Securitização, para estabelecer as hipóteses nas quais a Devedora poderá realizar ofertas de aquisição facultativa (*tender offer*) direcionadas aos CRI, em termos substancialmente iguais aos indicados a seguir: "7.7. Oferta de Aquisição Facultativa dos CRI. A Emissora poderá, a qualquer tempo, mediante solicitação prévia e por escrito da Devedora e com recursos por esta integralmente disponibilizados, realizar oferta de aquisição facultativa dirigida à totalidade dos Titulares dos CRI ("Oferta de Aquisição Facultativa"), com o objetivo de adquirir, total ou parcialmente, os CRI em Circulação. 7.7.1. A Oferta de Aquisição Facultativa será realizada em conformidade com a regulamentação aplicável, em especial a Resolução da CVM nº 77, de 29 de março de 2022, conforme em vigor, e deverá observar, no mínimo, os seguintes termos e condições: (i) será diligida, de forma equitativa, a todos os Titulares dos CRI, sem distinção de tratamento; (ii) deverá conter todas as informações necessárias à tomada de decisão pelos investidores, incluindo, mas não se limitando a: (a) quantidade de CRI objeto da Oferta de Aquisição Facultativa e, caso seja estabelecido volume máximo para a Oferta de Aquisição Facultativa, o tratamento aplicável na hipótese de as manifestações recebidas superarem referido volume, observado, conforme aplicável e no que couber, critério de alocação proporcional (d) termos de aquisição; (b) preço de aquisição; (c) prazo de adesão; (d) realização da Oferta de Aquisição Facultativa não caracteriza hipótese de resgate antecipado obrigatório, tampouco configura Evento de Vencimento Antecipado, salvo disposição expressa em contrário prevista neste Termo de Securitização ou aprovada em Assembleia Especial de Titulares dos CRI. 7.7.5. A Emissora, com auxílio da Devedora, deverá divulgar fato relevante e/ou comunicado ao mercado acerca da realização da Oferta de Aquisição Facultativa, bem como seus termos e condições, com cópia ao Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação da CVM e do mercado em que os CRI estejam admitidos à negociação." (ii) Condicionado à aprovação do item (i) da Ordem do Dia, e com vigência a partir do primeiro dia útil subsequente à liquidação financeira da primeira Oferta de Aquisição Facultativa ("Condição Suspensiva da Aprovação"), aprovar a alteração da Cláusula 9.4.2 do Termo de Securitização, para prever que os recebíveis ofertados em Substituição da Garantia Real Imobiliária poderão ser performados ou não performados, conforme definições constantes da Cláusula 1.1 do Termo de Securitização; (iii) Condicionado ao atendimento da Condição Suspensiva de Aprovação, aprovar a alteração da Cláusula 9.4.2, item (i), do Termo de Securitização, para dispensar a exigência de que os recebíveis ofertados em substituição à Alienação Fiduciária de Imóvel possuam prazo superior à Data de Vencimento dos CRI; (iv) Condicionado ao atendimento da Condição Suspensiva de Aprovação, aprovar a alteração da Cláusula 9.4.2, item (ii), do Termo de Securitização, para estabelecer que a verificação de inadimplência dos recebíveis deve considerar exclusivamente inadimplimentos iguais ou superiores a 90 (noventa) dias, deixando de contemplar hipóteses de mera inadimplência; (v) Condicionado ao atendimento da Condição Suspensiva de Aprovação, aprovar a alteração da Cláusula 9.4.1, item (b), do Termo de Securitização, para prever que os recebíveis ofertados em Substituição da Garantia Real Imobiliária passem a compor a Razão Mínima de Garantia da Emissão, observado o percentual mínimo de 140% (cento e quarenta por cento), deixando de ser exigido que tais recebíveis, isoladamente, representem referido percentual em relação ao saldo devedor da Emissão; (vi) Condicionado ao atendimento da Condição Suspensiva de Aprovação, aprovar a alteração da Cláusula 7.1 do Termo de Securitização para incluir a possibilidade de realização de Amortização Extraordinária Facultativa Parcial dos CRI, a qualquer tempo, durante a vigência da Emissão, independentemente da ocorrência dos eventos atualmente previstos na referida cláusula, mediante o pagamento de prêmio de pré-pagamento de 0,20% (vinte centésimos por cento) ao ano incidente sobre o saldo devedor dos CRI pelo prazo remanescente entre a data da Amortização Extraordinária Facultativa Parcial dos CRI e a Data de Vencimento; (vii) Condicionado ao atendimento da Condição Suspensiva de Aprovação, aprovar a inclusão de nova disposição no âmbito da Cláusula 7 do Termo de Securitização, para estabelecer que, na hipótese de realização de Amortização Extraordinária Facultativa Parcial dos CRI, bem como a substituição da Emissão com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos da respectiva data de amortização, permanecendo aplicáveis, no que couber, os procedimentos de comunicação e operacionalização já previstos no Termo de Securitização; (viii) Condicionado ao atendimento da Condição Suspensiva de Aprovação, aprovar a alteração da Cláusula 6.3, item (a), do Contrato de Cessão Fiduciária, para que passe a constar no rol de obrigações da Devedora e das Fiduciárias (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária) que estas não devem "vender, ceder, transferir ou, de qualquer maneira, gravar, onerar ou alienar os Recebíveis" e também as frações ideais de imóveis atreladas a tais Recebíveis, enquanto estiverem sujeitos com Contrato de Cessão Fiduciária; bem como aprovar a exclusão do item (b) desta mesma Cláusula 6.3, para permitir à Devedora e às Fiduciárias a constituição de ônus e/ou a alienação das frações ideais livres dos imóveis onde estão sendo desenvolvidos os empreendimentos imobiliários listados no Anexo I do referido instrumento, observado exclusivamente que tais frações ideais não tenham tido créditos decorrentes de suas alienações a terceiros vinculados ao Contrato de Cessão Fiduciária; (ix) A autorização para que o Agente Fiduciário e a Emissora pratiquem todo e qualquer ato, celebrem todos e quaisquer contratos, aditamentos ou documentos necessários para a efetivação e implementação das matérias aprovadas acima; e (x) A autorização para a contratação do escritório **PAPY, MACHADO, KAWASAKI E ADVOGADOS ASSOCIADOS**, a Devedora, inscrito no CNPJ nº 03.834.000/0001-32, como assessor legal, às expensas do Patrimônio Separado, para a elaboração e celebração de quaisquer instrumentos relacionados às matérias aqui aprovadas, inclusive aditivos aos Documentos da Operação, para constar as deliberações aprovadas pelos Titulares de CRI e refletir as alterações necessárias. Caso plenamente aprovadas as matérias constantes nos itens (i) a (x) acima da Ordem do Dia acima, incluindo, especialmente, a matéria constante no item (viii), a Emissora divulgará, no 1º (primeiro) Dia Útil imediatamente após a realização da presente assembleia, um comunicado ao mercado de oferta de aquisição facultativa (*tender offer*), pelo seu valor nominal unitário dos CRI, estando tal oferta limitada ao montante de R\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de reais), a ser realizada em consonância com os termos e condições previstos na Resolução CVM 77 ("Oferta de Aquisição Facultativa" e "Volume Máximo da Oferta de Aquisição Facultativa"). Observados os procedimentos operacionais aplicáveis, a Devedora propõe, ainda, o pagamento de prêmio no valor correspondente a 1% (um por cento) do saldo devedor do valor nominal unitário dos CRI, apurado na data de liquidação da Oferta de Aquisição Facultativa, aos Titulares dos CRI que permaneçam titulares de CRI após a liquidação da Oferta de Aquisição Facultativa, a ser realizado no 30º (trigésimo) dia subsequente à data da realização da Aquisição Facultativa. Ainda, fica consignado que a Devedora só poderá desalienar quaisquer imóveis objeto da Alienação Fiduciária de Imóvel e tomar as demais providências necessárias à Substituição da Garantia Real Imobiliária após o integral pagamento aos Titulares dos CRI dos valores devidos em razão da sua adesão à Oferta de Aquisição Facultativa. Caso a Devedora não realize a Oferta de Aquisição Facultativa no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da realização da AET, as ordens do dia liberadas e aprovadas na AET serão consideradas como não aprovadas, retornando a Devedora e os CRI ao *status quo ante*. A Securitizadora consigna que as condições necessárias para possibilitar a adesão pelos Titulares dos CRI à Oferta de Aquisição Facultativa, incluindo, sem limitação, preço, volume máximo, prazo de adesão, forma de liquidação, data de liquidação, destinação dos CRI adquiridos, eventuais condições precedentes e critério de alocação em caso de excesso de demanda, deverão constar do comunicado ao mercado de Oferta de Aquisição Facultativa, a ser divulgado pela Emissora, com cópia ao Agente Fiduciário, dirigida à totalidade dos Titulares dos CRI, observados os requisitos da regulamentação aplicável, em especial, no que couber, a Resolução CVM 77. Instruções Gerais: A AET será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AET para o e-mail [af.assembleias@oliveiratrust.com.br](mailto:af.assembleias@oliveiratrust.com.br), com cópia para o e-mail [juridico@canalsecuritizadora.com.br](mailto:juridico@canalsecuritizadora.com.br), indicando no assunto "Documentos para AET - CRI EMBRAED 43", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (i) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documento de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AET. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br) - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para a deliberação da Ordem do Dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AET. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização).

São Paulo, 09 de junho de 2026.

**CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO - Alejandro Merino - Diretor de Securitização**

## JULGAMENTO

## Pai de Henry recorre da absolvição de Monique

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

O pai do menino Henry Borel, Leniel Borel, entrou ontem com recurso pedindo a anulação do julgamento que concedeu perdão judicial a Monique Medeiros (foto), mãe da criança.

No último dia 4 de junho, a juíza Elizabeth Louro, que presidiu o julgamento, concedeu o perdão judicial a Monique Medeiros. O júri havia decidido desclassificar a acusação de homicídio intencional para homicídio culposo (quando não há a intenção de matar) e condená-la pelo crime de tortura por omissão.

Ao aplicar o perdão judicial, a juíza justificou que Monique já sofreu um castigo severo, o suficiente. A magistrada criticou a "reação desproporcional da sociedade, classificando-a como discriminatória e fruto de uma

cultura que exige que a mulher seja uma mãe perfeita". Monique foi sentenciada a 1 ano e 4 meses de detenção pelo crime de tortura e como já vinha cumprindo prisão preventiva, a pena foi considerada encerrada.

A defesa de Leniel Borel argumenta que "os jurados já haviam reconhecido a materialidade e a autoria atribuídas a Monique, bem como rejeitado a tese absolutória apresentada pela defesa".

"Contudo, na sequência da votação, foram submetidos a novos quesitos cujas respostas se mostraram incompatíveis com as conclusões anteriormente alcançadas pelo próprio Conselho de Sentença, gerando contradição interna no veredicto e comprometendo a correta interpretação da vontade soberana dos jurados", destaca o advogado Cristiano da Rocha Medina, que representa Leniel Borel.

Segundo o recurso, o perdão judicial "impede a identificação inequívoca da real manifestação do Conselho de Sentença". A defesa requer a anulação do julgamento e a realização de novo júri.

"O respeito à soberania dos veredictos pressupõe que a vontade dos jurados seja manifesta de forma clara, coerente e livre de contradições. Quando há dúvida objetiva sobre o alcance das respostas fornecidas pelo Conselho de Sentença, impõe-se a realização de novo julgamento para que a decisão reflita, de maneira inequívoca, a vontade dos jurados", conclui.

De acordo com o promotor de Justiça, Fábio Vieira, que atuou no júri, o Ministério Público recorreu da decisão, "uma vez que, em uma primeira situação, Monique foi considerada responsável pela morte dolosa de Henry. Assim, entende-

FERNANDO FRAZÃO/ABRASIL



mos que ela também deveria ter sido condenada pelo homicídio doloso".

## DEFESA DE JAIRINHO

O ex-vereador Jairo Souza Santos Júnior, o Dr. Jairinho, foi condenado a 43 anos, 9 meses e 20 dias de prisão pela morte de Henry Borel Medeiros, de 4 anos, ocorrida em 8 março de 2021.

A defesa de Jairinho tam-

bém apresentou recurso ontem contra a condenação. Os advogados alegam parcialidade da juíza Elizabeth Machado Louro. Segundo os advogados, a questão vem sendo levantada desde o início do processo e ganhou força após críticas feitas pelo Ministério Público e pela assistência de acusação em relação ao perdão judicial para Monique Medeiros.

A defesa sustenta que, "caso a Justiça reconheça vícios capazes de anular o julgamento de Monique Medeiros, o mesmo entendimento deve ser aplicado a Jairinho".

Os advogados afirmam que um eventual novo júri deveria ocorrer sem as supostas nulidades apontadas ao longo da tramitação do processo.

## DEFESA DE MONIQUE

Os advogados que atuam na

defesa de Monique ressaltaram que "o Tribunal do Júri constitui uma das mais importantes garantias constitucionais do Estado Democrático de Direito, sendo a soberania dos veredictos um princípio expressamente assegurado pela Constituição da República de 1988".

Em nota, eles avaliam que o julgamento foi pautado pela análise das provas produzidas na instrução processual, dentro das regras que regem o procedimento do júri popular.

Ao longo de todo o processo, a defesa de Monique sustentou que "ela não praticou qualquer agressão contra seu filho e que seu maior erro foi não conseguir perceber, a tempo, a violência que ela e seu filho sofriam. A morte de Henry representa uma tragédia irreparável para todos os envolvidos neste caso".

## ESPECIAL

## ACORDO

## Copa do Mundo e expediente: o que empresas podem exigir dos funcionários e como organizar a rotina de trabalho durante os jogos

POR REDAÇÃO

A proximidade da Copa do Mundo reacende uma discussão recorrente no ambiente corporativo: como as empresas devem lidar com o expediente durante os jogos da Seleção Brasileira. No setor privado, a legislação trabalhista não obriga empregadores a liberar funcionários para acompanhar as partidas, mas especialistas apontam que a definição de regras claras e a comunicação antecipada podem evitar conflitos e reduzir impactos na produtividade. A orientação vale para empresas de todos os portes e segmentos, especialmente diante da expectativa de mobilização dos trabalhadores em torno do torneio.

Pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), os dias de jogos da Copa não são considerados feriados nem pontos facultativos para a iniciativa privada. Isso significa que a jornada de trabalho permanece inalterada, salvo se houver decisão da empresa, acordo individual ou negociação coletiva prevendo mudanças no expediente. Na prática, cabe ao empregador definir se haverá liberação parcial, flexibilização de horários, compensação de horas ou manutenção integral das atividades.

O entendimento também é respaldado por informações divulgadas pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), que já esclareceu em edições anteriores do torneio que não existe obrigação legal de dispensar empregados para acompanhar partidas da Seleção. Quando a empresa opta por reduzir ou interromper o expediente, pode estabelecer mecanismos de compensação, desde que respeitados os limites previstos na legislação trabalhista.

Para o advogado e ministro do TST, Maurício Godinho Delgado, um dos principais especialistas brasileiros em Direito do Trabalho, alterações na jornada devem observar os princípios da boa-fé e da negociação entre as partes. Em obras e manifestações públicas sobre relações trabalhistas, o magistrado destaca que mudanças na prestação de serviços exigem transparência e respeito às normas coletivas, especialmente quando envolvem compensação de horas e organização da jornada.

## Flexibilização pode reduzir impactos na produtividade

A adoção de medidas flexíveis tornou-se uma prática frequente em grandes eventos esportivos. Entre as alternativas mais utilizadas estão a antecipação da saída, o atraso no início do expediente, o trabalho remoto, a instalação de espaços para transmissão dos jogos e a compensação posterior das horas não trabalhadas.

Dados da consultoria internacional de recursos humanos Gallup mostram que o engajamento dos trabalhadores está diretamente relacionado à percepção de flexibilidade e equilíbrio entre vida pessoal e profissional. Embora o levantamento não trate especificamente da Copa do Mundo, especialistas em gestão de pessoas avaliam que iniciativas capazes de acomodar eventos de grande interesse coletivo tendem a contribuir para o clima organizacional.

Segundo orientações frequentemente divulgadas por entida-

des ligadas à área trabalhista, o principal risco para as empresas está na ausência de regras definidas. Caso o funcionário falte ao trabalho sem autorização para assistir aos jogos, a ausência pode ser considerada injustificada, sujeitando-o às medidas previstas na legislação e nas normas internas da organização.

## O que diz a legislação sobre faltas e compensações

A legislação permite diferentes formas de ajuste quando há interesse da empresa em flexibilizar o expediente. Uma das possibilidades é a compensação das horas posteriormente, por meio de acordo individual ou banco de horas, observadas as exigências legais. Outra alternativa é a concessão espontânea da dispensa sem necessidade de reposição, decisão que fica a critério do empregador.

No setor público, o cenário costuma ser diferente. Em edições anteriores da Copa do Mundo, órgãos federais e tribunais adotaram horários especiais de funcionamento em dias de jogos da Seleção Brasileira, mediante atos administrativos específicos e, em alguns casos, com previsão de compensação das horas não trabalhadas.

Para especialistas em relações de trabalho, a recomendação é que empresas comuniquem suas decisões com antecedência e formalizem eventuais alterações de jornada. A medida reduz dúvidas, evita interpretações divergentes e permite que funcionários organizem suas rotinas durante o período do torneio.

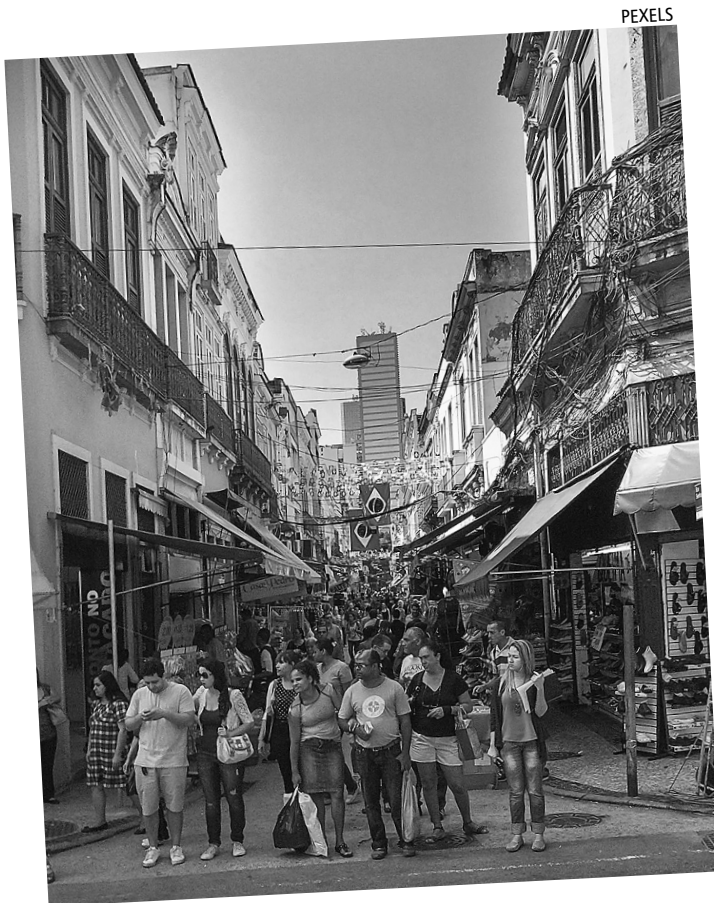
Com a Copa do Mundo se aproximando, a tendência é que a discussão ganhe espaço novamente nos departamentos de recursos humanos. Embora a legislação seja clara ao manter o expediente como regra, a experiência de torneios anteriores mostra que muitas empresas optam por soluções intermediárias, buscando conciliar a continuidade das operações com o interesse dos trabalhadores em acompanhar um dos eventos esportivos de maior audiência do planeta.

## Jogos do Brasil na Copa do Mundo de 2026

Na fase de grupos da Copa do Mundo de 2026, os três jogos da Seleção Brasileira estão programados para horários que, em sua maioria, não coincidem com o expediente tradicional das empresas. A estreia será contra o Marrocos, no dia 13 de junho (sábado), às 19h (horário de Brasília).

Na segunda rodada, o Brasil enfrenta o Haiti em 19 de junho (sexta-feira), às 21h30. Já o terceiro compromisso da equipe será diante da Escócia, em 24 de junho (quarta-feira), também às 19h. Como as partidas ocorrerão no período da noite ou após o encerramento da jornada convencional de trabalho, especialistas avaliam que os impactos sobre a rotina corporativa tendem a ser menores em comparação com edições anteriores do torneio, quando jogos da Seleção ocorreram durante o horário comercial.

Porém, nas fases seguintes, caso o Seleção avance, ainda não há como saber se os jogos serão ou não em horário comercial. Por isso, cabe a empresa e aos colaboradores ficarem atentos.



PEXELS

## CÍCERO COTRIM/AE

O governador interino do Rio de Janeiro, Ricardo Couto de Castro, disse ontem, que deve assinar a adesão ao Programa de Plano Pagamento de Dívidas dos Estados (Propag) até o fim deste mês. Ele falou com jornalistas na portaria do Ministério da Fazenda, após uma reunião com o chefe da pasta, Dário Durigan.

"A União está vendo o esforço que está sendo feito no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, a contenção de despesas que estamos fazendo, com um norte que é, a meu ver, adequado", disse o governador. "Não é que o ministro tenha aceitado todos os pontos, mas ele se colocou muito favorável (às discussões)."

O governo federal autorizou o Rio a ingressar no Propag no começo de maio, o que permitiria ao Estado diminuir o pagamento mensal médio da sua dívida.

Para concretizar a adesão, ainda é necessário concluir algumas etapas, como a avaliação dos ativos que podem ser usados para abater a dívida. Hoje, o Rio deve R\$ 200 bilhões à União.

Segundo Couto, uma possibilidade na mesa é usar um crédito próximo de R\$ 20 bilhões do Estado junto à Petrobras para abater parte dessa dívida, possivelmente com antecipação de três anos. O desenho fi-

nal, no entanto, ainda não está concluído.

Ele informou que iria participar de uma reunião com o Ministério da Justiça para falar sobre a desapropriação de um terreno da Refit.

## CASO MASTER

O governador interino disse que o estado deve conseguir resgatar cerca de R\$ 1,4 bilhão dos R\$ 3 bilhões aportados pelo RioPrevidência, instituto que cuida das aposentadorias de servidores estaduais, em investimentos vinculados ao Banco Master.

"Nós estamos tomando todas as medidas possíveis", disse. "Nós temos decisões judiciais favoráveis ao Estado do Rio de Janeiro, e o que importa é já termos algumas quantias acauteladas para fazermos frente ao ressarcimento do Estado."

O RioPrevidência comprou quase R\$ 1 bilhão em letras financeiras do Master, liquidado pelo Banco Central em novembro do ano passado. Esse tipo de investimento não tem garantia do Fundo Garantidor de Crédito (FGC).

No mês passado, a Polícia Federal deflagrou uma nova fase da Operação Compliance Zero para apurar suspeitas de crimes nos aportes feitos no Master e em fundos ligados ao banco, mirando o ex-governador Cláudio Castro do Rio e outros alvos.

## BAIXADA

## Criança é internada com suspeita de envenenamento no RJ

GEOVANNA HORA/AE

Um menino de 11 anos está internado há quase uma semana em um hospital de Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense, com suspeita de envenenamento.

O pai de Arthur de Mello da Silva, Ademir de Mello, afirmou em entrevista à TV Record que o filho teria passado mal após comer um bolo. Ele não deu detalhes sobre a origem do alimento.

Arthur apresentou os primeiros sintomas na noite da última dia 1º, após sair da escola e ir para a casa do pai, em São João de Meriti, também na Baixada Fluminense.

O menino foi levado a um hospital da região, mas preci-

sou ser transferido na terça-feira, para o Hospital Estadual Ricardo Cruz, em Nova Iguaçu, onde permanece internado.

A Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro (SES-RJ) afirmou, em nota, que a condição de saúde de Arthur é grave, mas não forneceu detalhes sobre o quadro.

Segundo a Polícia Civil, o caso é investigado pela 64ª Delegacia de Polícia, de São João de Meriti, que realiza a oitiva de testemunhas e aguarda a conclusão dos laudos médicos, toxicológicos e periciais já requisitados.

A corporação diz que, paralelamente, equipes realizam diligências para esclarecer todas as circunstâncias do caso.

Especial

**ESTRADAS**

# Rodovias registram 98 mortes no feriado de Corpus Christi

PEDRO PEDUZZI/ABRASIL

Ao longo dos cinco dias de feriado prolongado, 98 pessoas morreram nas rodovias federais e 1.057 ficaram feridas, em meio aos 1.060 sinistros de trânsito registrados durante a Operação Corpus Christi, da Polícia Rodoviária Federal (PRF).

Segundo a PRF, 210.472 pessoas e veículos foram fiscalizados de forma intensa, com o uso de radares portáteis em pontos considerados críticos.

Foram identificados 24.212 veículos em velocidade acima da permitida nas vias. A PRF autuou 4.277 motoristas por ultrapassagens proibidas e 3.283 por não uso do cinto de segurança ou do dispositivo para retenção de crianças (cadeirinha).

Encerrada no domingo, a Operação Corpus Christi contabilizou 75.413 testes de alcoolemia - com 879 autuações por embriaguez ao volante ou recusa ao teste que identifica o consumo de álcool.

“As estatísticas preliminares indicam que 69 pessoas foram detidas por índice de teor alcoólico no organismo consi-

derado crime ou por apresentar sinais de embriaguez”, detalhou a PRF ao divulgar o balanço do feriado.

Segundo a entidade, os dados que registraram maior número de sinistros foram Minas Gerais, Santa Catarina e Paraná.

**TRANSPORTE**

Devido à alta letalidade observada recentemente em sinistros envolvendo transporte de passageiros, a Operação Corpus Christi deste ano se dedicou também à fiscalização deste tipo de veículos. Ao todo, 1.389 ônibus foram fiscalizados.

“De janeiro a abril de 2026, foram 690 sinistros de trânsito que envolveram ônibus, microônibus e vans, com 74 pessoas mortas. O trabalho de fiscalização buscou identificar a documentação dos motoristas e dos veículos e as condições em que os passageiros eram transportados”, justificou a PRF.

Os números apresentados no balanço da PRF são ainda preliminares e poderão ser ampliados na medida em que as informações sejam consolidadas em seus sistemas.

**OPERAÇÃO**

# Desembargador e deputado são alvos por venda de sentenças

FELIPE PONTES/ABRASIL

A Polícia Federal (PF) deflagrou nesta segunda-feira a Operação Gemini, tendo como alvo um desembargador e um deputado estadual de Mato Grosso suspeitos de venda de sentenças e lavagem de dinheiro.

Foram cumpridos mandados de busca e apreensão em endereços ligados ao desembargador Dirceu dos Santos, do Tribunal de Justiça do Mato Grosso (TJMT), e do deputado estadual Faissal Calil (PL), além do advogado Bruno Castro.

De acordo com a PF, eles são investigados pelos crimes de corrupção passiva, advocacia administrativa e lavagem de dinheiro. Ambos também tiveram quebrados os sigilos bancário, fiscal e telemático.

À imprensa local, que se aglomerou em frente a sua residência, o deputado Faissal Calil declarou ter entregue seu celular e senha para a PF e negou qualquer envolvimento com esquema de venda de sentenças.

Ex-servidor da Justiça mato-grossense, tendo trabalhado no gabinete do desembargador Dirceu dos Santos, o parlamentar negou manter contato com o magistrado.

“Desde que virei deputado, que saí do Tribunal de Justiça, perdi todo o meu contato”, afirmou aos jornalistas.

**CNJ**

Dirceu dos Santos já tem contra ele um processo no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que o afastou das funções no início de março, em meio à apuração de movimentações financeiras acima do compatível com o salário de juiz.

De acordo quebras de sigilo bancário e fiscal já promovidas pelo CNJ, o magistrado movimentou nos últimos cinco anos mais de mais de R\$ 14,6 milhões. No mesmo período, ele teve rendimentos oficiais de R\$ 1,9 milhão.

Segundo o órgão de controle da Justiça, “foram identificados indícios de que o magistrado requerido proferiu decisões mediante o possível recebimento de vantagens indevidas, realizando a intermediação de atos decisórios por intermédio de terceiros, empresários e advogados”.

O afastamento cautelar do desembargador não tem prazo determinado e deve perdurar ao menos até o fim das investigações.

**VEÍCULO**

# Governo prepara linha de crédito para motos de aplicativos

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

O governo federal lançará uma nova linha de crédito para motociclistas de aplicativos financiar motos novas. A Move Motos seguirá a lógica do Move Aplicativos, lançada no mês passado para ajudar motoristas de aplicativos e taxistas a financiarem veículos.

A medida foi anunciada pela ministra da Casa Civil, Miriam Belchior, na semana passada, durante reunião ministerial comandada pelo presi-

dente Luiz Inácio Lula da Silva. Na ocasião, Lula lembrou que todas as entregas do governo federal devem ocorrer até 3 de julho, em razão do calendário eleitoral.

“Seguimos atuando para sustentar o crescimento e estimular o investimento produtivo.”

Miriam fazer balanço do programa Move Brasil, que também foi ampliado recentemente e visa à renovação da frota de caminhões, ônibus e implementos rodoviários.

**SINTOMAS SEVEROS**

# Ministério suspende vacina contra a dengue do Butantan

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

O Ministério da Saúde anunciou, ontem, a suspensão temporária da imunização contra a dengue no país com a vacina desenvolvida pelo Instituto Butantan.

A pasta informou que 42 pessoas apresentaram sintomas mais severos após a vacinação, sendo que três precisaram de internação e dois desses morreram.

O ministro da Saúde, Alexandre Padilha (**foto**), afirmou que não é possível concluir que os eventos adversos foram causados pela vacina, mas representam um sinal de alerta e serão investigados por um comitê de especialistas.

“Essa descontinuidade tem um objetivo que é a ação de precaução, para que o Ministério da Saúde, a Anvisa [Agência Nacional de Vigilância Sanitária] e o Butantan aprofundem a investigação nos 42 casos, que são episódios de reações adversas da vacina, para buscar fatores de risco nessas pessoas, fazer uma espécie de estudo de caso-controlado”, disse em coletiva de imprensa.

“O Ministério da Saúde tem total confiança na capacidade institucional do Butantan”, destacou Padilha ao enfatizar a importância da vacinação para a redução e eliminação de doenças no país.

A suspensão vale apenas para a vacina produzida pelo Butantan, e não inclui o imunizante Qdenga, produzido pelo laboratório Takeda e aplicado no Sistema Único de Saúde.

Até o dia 30 de maio, pouco mais de 500 mil doses da vacina do Butantan foram aplicadas em todo o país. O imunizante foi incorporado ao Sistema Único de Saúde (SUS) em janeiro deste ano. Na ocasião, o Ministério da Saúde adotou a estratégia de vacinação para avaliar o impacto do imunizante na dinâmica populacional da dengue.

Para isso, passou a vacinar a população em três municípios-piloto: Botucatu (SP), Maranguape (CE) e Nova Lima (MG). Nessas localidades, o público-alvo é composto por adolescentes e adultos de 15 a 59 anos, que é a indicação aprovada para o Programa Nacional de Imunizações (PNI). Em março, também



FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL

foi promovida uma ação de vacinação na região de Araguaína (TO).

Em fevereiro, o SUS passou a vacinar contra a dengue os profissionais de saúde da atenção primária, com a previsão de imunizar 1,2 milhão de trabalhadores da linha de frente, por exemplo. Os casos graves registrados foram identificados nesse público-alvo.

O Ministério da Saúde destaca que a decisão de descontinuar a estratégia de vacinação não invalida a eficácia do imunizante. E as pessoas que foram vacinadas ainda usufruem do benefício que a vacina oferece, que é a proteção contra a dengue.

A recomendação do sistema de farmacovigilância dá mais tempo para que sejam realizados estudos adicionais para encontrar eventuais fatores de risco.

Serão investigados o histórico clínico das pessoas, as doenças preexistentes, os fatores de risco individuais, as causas alternativas, possíveis desvios de qualidade e erros de imunização.

**CASOS GRAVES**

A vigilância é permanente e parte da rotina do PNI, com fluxo de investigação posterior. Os casos graves foram analisados pelo Comitê Interinstitucional de Farmacovigilância de Vacinas e outros Imunobiológicos (Cifavi) e pela Câmara Técnica

de Assessoramento em Imunizações (Ctai), que recomendou a suspensão da vacinação com o imunizante do Butantan.

Das pouco mais de 500 mil doses aplicadas em todo o país, 3.703 pessoas tiveram sintomas parecidos com os da dengue - 0,7% do total de vacinados.

Desses, 42 apresentaram sintomas de alarme, que são: dor abdominal, vômito persistente ou sangramento - 0,008% dos vacinados - eventos raros, porém inesperados, já que não foram relatados durante a fase de estudos da vacina.

Três pessoas apresentaram sintomas graves e foram hospitalizadas:

- Uma mulher, 39 anos, apresentou febre, mialgia e náuseas seis dias após receber a vacina, evoluindo para sintomas de dengue grave, com choque e necessidade de UTI; recebeu alta.
- Uma mulher, 48 anos, desenvolveu sintomas de dengue grave, com comprometimento neurológico (meningoencefalite) 19 dias após a vacinação; evoluiu para óbito.
- Um homem, 58 anos, iniciou quadro febril cinco dias após a vacinação, evoluindo rapidamente para sintomas de dengue graves, com choque refratário; evoluiu para óbito.

**OBSERVAÇÃO**

Segundo o ministro Alexan-

dre Padilha, a população que recebeu a vacina do Instituto Butantan nos últimos 21 dias terá um acompanhamento especial para identificar algum sinal ou qualquer outra reação adversa.

A orientação do Ministério da Saúde é procurar uma unidade de saúde em caso de intensificação dos seguintes sintomas: febre, dor abdominal intensa e contínua, vômitos persistentes, tontura, sangramentos, sonolência intensa, irritabilidade, sinais de desidratação ou piora do estado geral.

**REAVALIAÇÃO**

Em nota, o Instituto Butantan informou que a vacinação contra a dengue será temporariamente interrompida para reavaliação da estratégia vacinal. A medida visa garantir a segurança da população nas próximas etapas da vacinação.

“O Instituto Butantan, como já demonstrado em casos recentes, seguirá trabalhando com o mais absoluto rigor para aprofundar as informações sobre o uso da vacina para que, em se confirmando sua segurança, a vacinação possa ser retomada em breve, com toda a tranquilidade para a população atendida pelo SUS”, disse a instituição.

Segundo o Instituto, a vacina teve eficácia global de 79,6% e 89% contra a dengue grave em estudo publicado em revista científica internacional.

**POLÍTICA DE COTAS**

# MPF aciona Hospital Albert Einstein por descumprir cotas em residência

GUILHERME JERONYMO/ABRASIL

O descumprimento da política de cotas nos programas de residência médica levou o Ministério Público Federal (MPF) a entrar com uma ação civil pública para que o Hospital Israelita Albert Einstein, de São Paulo, implemente a política de ações afirmativas. Os procuradores pedem a abertura de editais complementares ainda no atual processo seletivo, de 2026, com a destinação de vagas para candidatas com deficiência, negros, indígenas, quilombolas e pessoas trans, conforme os percentuais

definidos pelas normas vigentes.

“Para o MPF, a aplicação da política de cotas é fundamental para garantir igualdade de oportunidades a esses candidatos, de forma que a composição do corpo de médicos residentes represente de maneira efetiva a pluralidade étnica e sociocultural da sociedade brasileira”, destaca o Ministério Público Federal em nota.

O Ministério Público Federal aponta que, segundo os dados mais recentes, os negros representam a maioria da população, mas ocupam apenas 27,5% das

vagas de residência na instituição. Por outro lado, 70,1% dos médicos residentes são autodeclarados brancos.

O órgão ressalta que “a aplicação de ações afirmativas nas residências médicas é obrigatória, mesmo em instituições de direito privado”, pois os programas envolvem o treinamento em serviço no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), de acordo com regulamentação do governo federal, de 2025.

“Contudo, no processo seletivo 2026, a Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein optou por não

reservar vagas para minorias étnico-raciais e grupos vulnerabilizados, desrespeitando as regras estabelecidas pelo Ministério da Saúde (MS)”, diz a nota.

O MPF lembra que o Albert Einstein “é subsidiado por recursos públicos indiretos, pois se beneficia de expressiva exoneração fiscal, sob forma de imunidade tributária federal”, conforme a peça assinada pela procuradora da República Ana Letícia Absy. O hospital está isento do recolhimento de contribuições federais, como as destinadas à seguridade social.

**Nota****EDITAL DESTINA R\$ 4 MILHÕES À ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA COMUNITÁRIA**

O Instituto Clima e Sociedade (iCS) lançou um edital para apoiar projetos de adaptação às mudanças climáticas desenvolvidos por comunidades indígenas, quilombolas, rurais, urbanas periféricas e costeiras em sete estados brasileiros. A chamada pública disponibilizará R\$ 4 milhões para financiar entre oito e dez propostas voltadas ao fortalecimento da resiliência climática em territórios vulneráveis. As inscrições estão abertas até 1º de julho. Cada projeto poderá receber entre R\$ 200 mil e R\$ 700 mil, com prazo de execução de até 18 meses. A iniciativa contempla comunidades localizadas em Alagoas, na Bahia, no Ceará, em

Minas Gerais, no Pará, na Paraíba e em Pernambuco. Segundo o iCS, os estados foram escolhidos por concentrarem populações expostas a altos níveis de risco climático e vulnerabilidade socioeconômica, conforme dados da plataforma Adapta Brasil, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). As propostas deverão ser construídas por meio de processos participativos e considerar impactos climáticos já observados nos territórios, como ondas de calor, secas prolongadas, enchentes, alagamentos, enxurradas, deslizamentos de terra e incêndios florestais. O edital também busca iniciativas inovadoras, com potencial de replicação em outras localidades. A gerente de Engajamento, Agentes de Mudança e Governança Climática do iCS, Tatiana Lobão, destaca a importância de fortalecer respostas locais à crise climática.

## PRESSÃO DO PL

# Kassio suspende pesquisa da AtlasIntel com queda de Flávio

LAVÍNIA KAUCZ/AE

O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Kassio Nunes Marques (foto), atendeu a um pedido do PL e suspendeu a divulgação de pesquisa da AtlasIntel que mostrava a queda da intenção de voto no senador Flávio Bolsonaro (PL) em seis pontos percentuais em um eventual segundo turno com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) nas eleições presidenciais de outubro.

A pesquisa foi divulgada em 19 de maio, após a revelação de áudio de Flávio pedindo dinheiro ao banqueiro Daniel Vorcaro para financiar o filme Dark Horse.

Nunes Marques entendeu que há "suspeitas de indução ao eleitor" nas perguntas formuladas pelo instituto. A decisão é liminar e será submetida ao referendo do plenário da Corte.

Na decisão, o ministro citou entrevista concedida pelo CEO do instituto de pesquisa em 19 de maio à CNN, na qual ele afirma que o áudio de Flávio seria "muito problemático para a imagem" do pré-candidato e revelaria "fatos extremamente graves", capazes de comprometer



ROSINEI COUTINHO/STF

ter "a viabilidade dele neste ciclo eleitoral e a permanência dele na corrida".

"O CEO da AtlasIntel (...) reconheceu o viés político do conteúdo submetido aos entrevistados e externou juízo valorativo acerca do potencial de desgaste eleitoral do pré-candidato men-

cionado na representação", afirmou Nunes Marques.

Como a pesquisa já foi divulgada, no despacho, o presidente do TSE determina que o instituto de pesquisa se abstenha de promover nova divulgação desse levantamento. "Ante o exposto, defiro parcialmente o pedido

liminar para determinar à representada que se abstenha de promover nova divulgação, impulsionamento, republicação ou manutenção da pesquisa registrada sob o n. BR-06939/2026 em seus canais oficiais de comunicação, até ulterior deliberação deste Tribunal Superior."

## Atlas diz que não cometeu contaminação metodológica após pesquisa suspensa

GABRIEL DE SOUSA/AE

A Atlas/Bloomberg reagiu com uma nota afirmando que não cometeu "contaminação ideológica" na pesquisa onde mostrou o impacto sofrido pela campanha do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) à Presidência após os áudios em que ele pede dinheiro para o banqueiro

Daniel Vorcaro, do Banco Master.

"Pesquisas de opinião realizadas posteriormente por diferentes institutos identificaram o mesmo padrão de impacto do episódio sobre as intenções de voto do candidato do Partido Liberal, em alguns casos apontando efeitos de magnitude ainda superior à observada pe-

la AtlasIntel. Esse fato reforça que os resultados captados pela pesquisa refletiam uma dinâmica real da opinião pública naquele momento, e não qualquer forma de contaminação metodológica", disse a AtlasIntel em nota.

A Atlas/Bloomberg também disse que não reproduziu o áudio entre Flávio e Vorcaro para

os respondentes durante a aplicação do questionário. O instituto também disse que não apresentaram oportunidades de retorno às perguntas anteriores ou alterações. O CEO da empresa, Andrei Roman, também esclareceu que o levantamento, divulgado em 19 de maio, não teve qualquer tipo de viés político.

## STF

## Fachin diz que Judiciário sofre pressões, sanções unilaterais

GUILHERME MATOS/AE

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Edson Fachin, afirmou ontem, que ameaças à independência do Judiciário podem vir tanto de pressões internas quanto de iniciativas externas como "sanções unilaterais" e "constrangimentos indevidos".

O ministro disse que essas ações são "incompatíveis com o respeito entre Estados soberanos".

nos".

As declarações foram dadas durante a conferência de abertura do VI Congresso Brasileiro de Direito e Políticas Públicas, que ocorre em São Paulo.

Fachin afirmou que a democracia "atravessa um período de fortes tensões em diversas partes do mundo" e que movimentos que questionam instituições fundamentais do Estado de direito têm se fortalecido.

O ministro fez referência à

tentativa de golpe ocorrida no país. Segundo ele, o episódio colocou o STF no centro do debate público e fez do Judiciário alvo preferencial de correntes autoritárias e populistas, "que veem nos mecanismos de controle institucional um obstáculo à concentração de poder".

No discurso, Fachin defendeu que a autonomia de juízes e tribunais não é um "privilegio corporativo", mas uma garantia da sociedade. "Sem magistrados

independentes não há proteção efetiva dos direitos fundamentais", afirmou.

Na semana passada, Fachin havia recebido no STF Margaret Satterthwaite, relatora especial da Organização das Nações Unidas (ONU) para a Independência de Magistrados e Advogados. No encontro, o ministro manifestou preocupação com o cenário enfrentado por democracias constitucionais em diferentes partes do mundo.

## VEREADOR

## Dino mantém remoção de vídeos com ofensa a adversário no Amazonas

RAISA TOLEDO/AE

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), manteve decisão do Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas (TRE-AM) que determinou a retirada de postagens do vereador de Manaus Alexandre Salazar (PL-AM), conhecido como Sarmento Salazar. O conteúdo foi considerado propaganda eleitoral antecipada negativa contra um adversário político.

Em decisão assinada no último domingo, o ministro aproveitou para criticar o que chamou de "colonização do discurs-

so político por bizarrices e grosserias". "Não é apenas uma questão de educação cívica ou familiar, é também uma aguda questão constitucional relacionada com as condições de funcionamento razoável do regime democrático", escreveu.

Nas postagens, Salazar critica David Almeida (Avante), ex-prefeito de Manaus e pré-candidato ao governo do Amazonas. Conforme aponta o Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas (TRE-AM), ele utiliza o bordão "nunca será" de forma a extrapolar a "mera crítica política".

"A utilização sistemática da

frase 'nunca será governador', associada a encenações que imputam práticas ilícitas ao gestor público em contexto eleitoral, sinaliza um pedido explícito de não voto", entendeu o tribunal eleitoral. Além de determinar a retirada do conteúdo do ar, o órgão fixou multa diária no valor de R\$ 20 mil em caso de novo conteúdo com o bordão.

Apesar de ter mantido a remoção dos posts, Dino acatou parcialmente o pedido do vereador Alexandre Salazar ao entender que o TRE-AM violou sua liberdade de expressão ao proibir que ele voltasse a usar a expressão.

"Dependendo do texto e do contexto, o bordão 'nunca será' pode ser utilizado, desde que observadas as regras jurídicas e éticas que devem reger os embates políticos", afirmou o ministro.

Na decisão judicial, ele também afirma que o embate político admite críticas, discordâncias e confrontos ríspidos entre adversários, mas tais manifestações devem respeitar os limites estabelecidos pela legislação penal, pelos princípios da moralidade pública e pelo decoro exigido no exercício de funções parlamentares.

## USP

## Ex-professor da Faculdade de Direito é denunciado pelo MP

O Ministério Público de São Paulo (MPSP) denunciou o ex-professor da Universidade de São Paulo (USP) Alysson Leandro Barbate Mascaro por crimes relacionados a assédio sexual, importunação sexual e estupro. A informação foi confirmada ao Estadão pelo órgão nesta segunda-feira, 8. A denúncia do MPSP foi oferecida à Justiça na última quarta-feira.

Mascaro foi demitido pela USP após um processo administrativo disciplinar instaurado para apurar acusações de assédio sexual. Se a denúncia for aceita, Mascaro passará a responder a uma ação penal pelos crimes apontados pelo Ministério Público.

Em dezembro do ano passado, a Faculdade de Direito da USP decidiu demitir o professor, que passou a ser investigado por assédio em 2024. Ele estava afastado da instituição desde então. À época da denúncia, Mascaro já tinha negado as acusações.

O afastamento cautelar foi publicado em portaria em dezembro de 2024 e solicitado pelo Presidente da apuração preliminar. No documento, o

diretor afirmava que havia "fortes indícios de materialidade dos fatos e que estes envolvem possível enquadramento típico de assédio sexual vertical".

Na ocasião, a defesa do docente rebateu as acusações e alegou que "perfis fakes de Instagram são criados para propagar calúnias, inverdades e estimular intrigas".

O procedimento contra Mascaro foi instaurado após solicitação do Centro Acadêmico XI de Agosto. A representação dos alunos cita reportagem publicada pelo site The Intercept com denúncia de supostos abusos contra dez alunos da faculdade cometidos por Mascaro entre 2006 e 2024.

Mascaro era professor associado da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo na graduação e na pós-graduação, livre-docente em Filosofia e Teoria Geral do Direito e autor de livros como Crise e Golpe e Estado e Forma Política (Boitempo Editorial), Filosofia do Direito e Introdução ao Estudo do Direito (GEN-Atlas).

## REPRESENTAÇÃO

## TCU arquiva 'pedido' de Flávio Bolsonaro contra ex-nora de Lula

RAISA TOLEDO/AE

O Tribunal de Contas da União (TCU) decidiu arquivar representação protocolada pelo senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) que pedia a investigação de Carla Ariane Trindade, ex-nora do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

O senador pedia que o tribunal apurasse possíveis "ilegalidades" no repasse de recursos entre o Ministério da Educação e a empresa Life Tecnologia Educacional, ligada a Carla. O caso é investigado pela Polícia Federal e foi alvo de operação no ano passado.

No acórdão publicado pelo TCU, os ministros da Segunda Câmara do órgão entendem que a representação de Flávio não continha elementos suficientes para justificar a abertura de uma investigação, uma vez que não apresentava documentação capaz de "individualizar fatos, identificar procedimentos licitatórios ou contratos específicos ou delimitar possíveis responsabilidades".

"A mera menção a valores vultosos, a supostos esquemas de favorecimento ou a possíveis interferências externas, sem lastro em processos administrativos concretos, não

preenche os requisitos de admissibilidade", diz o acórdão.

O documento cita ainda que consultas realizadas pela unidade técnica em bases oficiais não identificaram licitações, contratos ou pagamentos envolvendo a empresa no âmbito federal e que a competência fiscalizatória do tribunal se restringe à aplicação de recursos federais.

Durante as apurações, o TCU localizou Ata de Registro de Preços vinculada a uma licitação da Prefeitura de Hortolândia (SP) para aquisição de materiais educacionais. Como o edital da licitação indicava como origem dos recursos o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), que não recebeu complementação da União em 2025 e 2026, o tribunal entendeu que a competência nesse caso seria do Tribunal de Contas estadual.

Diante disso, o TCU remeteu os documentos relativos ao certame ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCE-SP), "para que avalie a conveniência e a oportunidade de promover ação de controle acerca dos fatos relatados".

## Nota

### MORAES PEDE QUE PGR SE MANIFESTE SOBRE PEDIDO DE MAURO CID PARA RECONHECER PENA

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), abriu um prazo de cinco dias para que a Procuradoria-Geral da República (PGR) se manifeste sobre recurso apresentado por Mauro Barbosa Cid. O ex-ajudante de ordens do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) busca o reconhecimento de que já cumpriu integralmente a pena fixada em seu acordo de colaboração premiada. A defesa contesta decisão em que Moraes rejeitou contabilizar na execução penal o período em que Cid cumpriu medidas cautelares, tais como o recolhimento domiciliar à noite e o monitoramento por tornozeleira eletrônica. Segundo os advogados, Cid enfrenta restrições à liberdade desde maio de 2023, por período de mais de dois anos e cinco meses, e as medidas produziram efeitos equivalentes ao cumprimento de pena. O militar foi condenado a dois anos em regime aberto, após validado o acordo de delação pelo STF. O recurso cita como argumento entendimento adotado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) no Tema 1.155, de que o período de recolhimento domiciliar obrigatório noturno e em dias de folga deve ser descontado do tempo total da pena privativa de liberdade ou medida de segurança a ser cumprida, por comprometer a liberdade do acusado.

**VIOLAÇÃO DO CESSAR-FOGO**

# Violação da trégua e bloqueio foram a causa das tensões

THAIS PORSCH/AE

O presidente do Parlamento do Irã, Mohammad Bagher Ghalibaf, disse ontem que a violação do cessar-fogo e o bloqueio marítimo norte-americano foram a causa das tensões recentes com os Estados Unidos.

Em mensagem compartilhada no Telegram, Ghalibaf afirmou que as declarações do presidente Donald Trump sobre o memorando de entendimento contrariam os termos acordados e que isso demonstra que Washington não busca nem um cessar-fogo nem o diálogo.

"O objetivo das negociações é o fim da guerra e a criação de uma segurança dura-

doura, não a normalização das relações com os EUA", esclareceu ele, acrescentando que o Irã transformará o "cerco marítimo" em mais uma "derrota para o inimigo".

"Se entendermos a diplomacia apenas como conversas em salas fechadas e sorrisos diplomáticos, estaremos fadados ao fracasso desde o início", enfatizou.

Mais cedo, o presidente iraniano, Masoud Pezeshkian, comentou que o país não abandonou o campo de batalha e nem a mesa de negociações. "Defendemos os direitos da nação com autoridade e não recuaremos diante de nenhuma ameaça", escreveu ele na rede X.

**LISTA**

# Pentágono: empresas chinesas são ligadas às Forças Armadas

PEDRO LIMA/AE

O Departamento de Guerra dos Estados Unidos adicionou uma série de grandes empresas chinesas à lista de empresas ligadas às Forças Armadas (CMCs, em inglês), que reúne companhias consideradas vinculadas ao aparato militar da China ou à estratégia de fusão entre os setores civil e militar do país.

Entre os nomes mais conhecidos estão Alibaba, Baidu, BYD, Tencent e Nio, além da fabricante de sensores para veículos autônomos Hesai. A medida consta de um aviso que será publicado oficialmente no Federal Register, o diário oficial dos EUA, em 10 de junho.

O documento, disponibilizado antecipadamente ontem, decorre da Seção 1260H da Lei de Autorização de Defesa Nacional dos EUA. Segundo o Pentágono, a lista identifica empresas que operam direta ou indiretamente nos Estados Unidos e que mantêm vínculos com órgãos governamentais chineses, o Exército de Libertação Popular (PLA, na sigla em inglês) ou iniciativas de integração entre capacidades comerciais e militares.

A inclusão na lista não equivale automaticamente a sanções ou proibição de negó-

cios nos EUA. No entanto, o status costuma aumentar o escrutínio regulatório e pode influenciar decisões de fornecedores e parceiros comerciais.

Entre as companhias, o Pentágono afirmou que a Alibaba possui afiliações indiretas com órgãos estatais chineses e com o Ministério da Indústria e Tecnologia da Informação (MIIT). A Baidu foi classificada por critérios semelhantes. A BYD, uma das maiores fabricantes globais de veículos elétricos, foi descrita como direta e indiretamente afiliada à Comissão de Supervisão e Administração de Ativos Estatais da China (SASAC) e indiretamente vinculada ao MIIT. Já a Tencent foi apontada como indiretamente afiliada ao PLA, enquanto a Nio foi descrita como ligada, de forma direta e indireta, à SASAC. A Hesai, por sua vez, foi associada ao MIIT, à SASAC e ao PLA.

A lista também inclui outras empresas de destaque internacional, como CATL, Huawei, DJI, Hikvision, SenseTime, SMIC, China Mobile, China Telecom, China Unicom, CNOOC, COSCO Shipping, COMAC, AVIC, BGI Group, TP-Link, Trina Solar, WuXi AppTec e Yangtze Memory Technologies (YMT), entre dezenas de outras companhias chinesas.

**FINANCIAMENTO**

# União Europeia destina 2,8 bilhões de euros para Ucrânia

DARLAN DE AZEVEDO/AE

A Comissão Europeia realizou um pagamento de quase 2,8 bilhões de euros à Ucrânia para apoiar suas necessidades de financiamento e manter o funcionamento da administração pública. O pagamento foi o sétimo desembolso realizado para apoiar a recuperação e as reformas do governo em Kiev.

Com essa transferência mais recente, o apoio total fornecido por meio do Plano para a Ucrânia alcançou 29,5 bilhões de euros. Segundo a Comissão, esse valor representa quase 77% dos recursos disponíveis no primeiro pilar do Mecanismo para a Ucrânia, destinado ao apoio direto ao orçamento do Estado ucraniano.

Segundo a Comissão Europeia, a Ucrânia se qualificou para receber esse pagamento após implementar reformas em áreas como gestão das finanças públicas, sistema judiciário, mercados financeiros, capital humano, ambiente de negócios, energia, agricultura, matérias-primas críticas, digitalização e transição verde.

A comissão europeia responsável por coordenar as adesões ao bloco, Marta Kos, afirmou que a rapidez e o compromisso da Ucrânia em promover reformas significativas justificaram este pagamento. "Agora também estamos abrindo caminho para novos avanços nas negociações de adesão à União Europeia", afirmou.

Enquanto isso, a guerra

**GUERRA**

# Governo do Irã acusa EUA de coordenar ataques de Israel

PEDRO LIMA/AE

O governo do Irã acusou ontem os Estados Unidos de participarem diretamente da ofensiva israelense contra o país e afirmou que Washington será responsabilizado por qualquer agravamento das tensões no Oriente Médio. As declarações foram feitas pelo porta-voz do Ministério das Relações Exteriores iraniano, Esmail Baghaei, durante entrevista coletiva em Teerã.

Segundo Baghaei, nenhuma ação militar de Israel ocorre sem coordenação prévia com os EUA. "Em nossa região, ninguém acredita que o regime sionista possa realizar qualquer ação sem coordenação e cooperação prévias com os Estados Unidos", afirmou.

O porta-voz também alegou que o Comando Central das Forças Armadas americanas (Centcom) atua em estreita cooperação com Israel tanto em operações defensivas quanto

ofensivas. De acordo com a avaliação de inteligência do governo iraniano, o Centcom estaria envolvido diretamente nos ataques aéreos conduzidos ao lado das forças israelenses.

Baghaei rejeitou declarações de autoridades americanas que negam participação nas ações militares e afirmou que a responsabilidade dos EUA pela atual crise "está estabelecida". Ele argumentou que Washington é parte do entendimento de cessar-fogo firmado em 8 de

abril e que qualquer violação desse acordo, direta ou indiretamente, implicará responsabilidade americana.

O representante iraniano acrescentou que os Estados Unidos também responderão pelas consequências de eventuais ataques contra embarcações comerciais iranianas, ações militares em território iraniano ou operações conduzidas por Israel com apoio de Washington em outros pontos da região.

**PERU**

# Eleições: Sánchez supera Fujimori com 95% das urnas apuradas

LUCAS PORDEUS LEÓN/ABRASIL

Em uma apuração acirrada pela presidência do Peru, o esquerdista Roberto Sánchez Palomino superou numericamente a direita Keiko Fujimori com 95% das urnas apuradas. O resultado parcial está 50,008% para Sánchez, contra 49,992% para Keiko. Sánchez começou a apuração atrás da adversária e veio reduzindo a vantagem pouco a pouco até superar a candidata da direita peruana. Sánchez contabiliza 8.790.560 votos contra 8.787.618 de Keiko.

O resultado segue indefinido uma vez que Sánchez têm apenas 4,9 mil votos a frente de Fujimori em um universo de 27 milhões de eleitores aptos a votar. Das 92 mil urnas existentes, ainda faltam apurar cerca de 4,6 mil, segundo a Oficina Nacional de Processos Eleitorais (ONPE) do Peru.

O professor de pós-graduação de Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (USP), Gustavo Menon, destacou à Agência Brasil que o resultado segue incerto porque as atas que mais faltam apurar

são do exterior, que tende a ser mais pró-Fujimori, e da região serrana do país, onde Sánchez é favorito.

"Faltam-se processar as atas vinculadas mais à região serrana, na região dos Andes, onde Roberto Sánchez tem uma larga vantagem em termos de votos, especialmente nessa região da Serra Sul peruana", disse.

**DISPUTA GEOPOLÍTICA**

Para o especialista em política latino-americana, o resultado no Peru é fundamental na correção de forças na América do Sul. Isso porque, a vitória de Keiko representaria uma aproximação mais estreita do país com o governo de Donald Trump, nos Estados Unidos,

"Inclusive, ela já se colocou à disposição dos EUA para fortalecer as políticas de combate aos crimes transnacionais e classificar os grupos peruanos como grupos terroristas. O Peru passa por essas disputas geopolíticas em torno dos seus recursos, pleiteados pelos EUA, e como um país do Pacífico que cada vez mais se conectou com investimentos chineses", avaliou Me-

non.

**KEIKO VS SANCHÉZ**

Roberto Sánchez e Keiko Fujimori disputam o mandato presidencial no Peru para o período de 2026 a 2031, de cinco anos. O vencedor será o nono presidente do país sul-americano em dez anos de crise política. Desde 2016, dois presidentes renunciaram e quatro foram destituídos pelo parlamento peruano, tido como o poder de fato no país.

Filha do ex-ditador Alberto Fujimori (1990-2000), condenada por violações de direitos humanos, o que incluiu esterilização forçada de mulheres indígenas, Keiko perdeu nas últimas três eleições no 2º turno, em 2011, 2016 e 2021.

Do outro lado, está Roberto Sánchez, aliado do ex-presidente Pedro Castillo, destituído, preso e condenado por tentativa de golpe de Estado ao tentar dissolver o Parlamento. Para seus apoiadores, Castillo foi vítima de um golpe do Legislativo por representar o voto rural e indígena do país.

Psicólogo de formação, Sánchez é deputado federal pelo

partido Todos pelo Peru, tendo sido ministro de Castillo. Assim que votou ontem (7) em Lima, Sánchez foi até o presídio de Barbadillo, onde Castillo está detido, permanecendo no local até a divulgação dos primeiros resultados parciais.

**MODERAÇÃO**

Ao terminar o primeiro turno com 12% dos votos, contra 17% de Keiko, Sánchez moderou o discurso e apresentou um ajuste na sua plataforma eleitoral para incorporar propostas de legendas que passaram a lhe prestar apoio.

Nesse contexto, ele renunciou à proposta de nacionalizar empresas de setores estratégicos da economia. Ao mesmo tempo, manteve a promessa de convocar uma Assembleia Constituinte para redigir nova Constituição, uma vez que a atual é herança do período fujimorista.

Por outro lado, Sánchez manteve parte do programa original, em especial a proposta de reforma trabalhista para ampliar direitos e formalizar trabalhadores hoje informais.

**COLÔMBIA**

# Iván Cepeda, apoiado por Petro, reconhece resultados do 1º turno

Três dias após o órgão eleitoral da Colômbia finalizar a apuração do primeiro turno presidencial, o candidato progressista Iván Cépeda reconheceu no domingo os resultados oficiais. Ele e o conservador Abelardo De la Espriella irão para o segundo turno em 21 de junho.

O Conselho Nacional Eleitoral certificou na quinta-feira que De la Espriella, do movimento Defensores de la Patria, liderou a votação após obter 43,73% dos

votos, seguido por Cepeda, do oficialista Pacto Histórico, com 40,91%.

"Uma vez terminada a apuração, reconheço os resultados do primeiro turno eleitoral", escreveu Cepeda em um comunicado em sua conta na rede social X, após enfatizar que tem "respeitado estritamente as regras democráticas e a transparência com a qual se deve informar a opinião pública".

Uma semana atrás, ao finali-

zar o primeiro turno das eleições no país andino, Cepeda se meou dúvidas sobre a contagem provisória do dia. Pesquisas preliminares lhe davam vantagem sobre seu rival.

"Existe informação e indícios de um número indeterminado de mesas que estamos verificando... nas quais foram apresentadas, segundo os primeiros relatórios, votações atípicas", declarou naquela noite Cepeda sem apresentar provas, enquanto De

la Espriella comemorava sua passagem para o segundo turno.

O presidente Gustavo Petro - padrinho político de Cepeda - se pronunciou em termos semelhantes, afirmando que "os resultados vinculantes que o presidente atenderá e aceitará são os das comissões escrutinadoras dirigidas pelos juízes da República".

Petro não se pronunciou após Cepeda reconhecer os resultados.

**AIEA**

# Guerras na Europa e Oriente Médio comprometem segurança de 'nuclear'

THAIS PORSCH/AE

As guerras na Europa e no Oriente Médio estão comprometendo a segurança das instalações nucleares e aumentando o risco de acidentes, alertou ontem, o diretor geral da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), Rafael Grossi.

Em sua declaração na abertura da reunião do Conselho de Diretores da agência, Grossi

reiterou seus apelos para que todas as partes envolvidas em conflitos respeitem os pilares indispensáveis para garantir a segurança nuclear durante um conflito.

"Independentemente de onde estejam localizadas no mundo, as instalações nucleares, e em particular as usinas nucleares, nunca devem ser atacadas", enfatizou ele.

A agência continua a res-

ponder tanto ao conflito na Ucrânia quanto no Oriente Médio através de seu mandato único e abordagem adaptável e proativa, disse Grossi, acrescentando que a situação nas usinas nucleares da Ucrânia continua extremamente desafiadora.

Segundo ele, na sexta-feira, a AIEA conseguiu acordar o sexto cessar-fogo local entre a Federação Russa e a Ucrânia para per-

mitir que especialistas e técnicos de ambos os lados reparem a linha crucial de Dniprovska.

Já no Oriente Médio, a única forma de saber se o Irã está tentando construir uma bomba atômica é o pleno acesso de inspetores às instalações de seu programa nuclear, frisou o diretor ao responder uma pergunta feita pela Folha de S. Paulo em entrevista coletiva nesta segunda-feira.